

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**MATRIARCADO E ÁFRICA: A PRODUÇÃO DE UM DISCURSO POR
INTELECTUAIS AFRICANOS – CHEIKH ANTA DIOP E IFI AMADIUME**

CAMILLE JOHANN SCHOLL

Porto Alegre

2016

CAMILLE JOHANN SCHOLL

**MATRIARCADO E ÁFRICA: A PRODUÇÃO DE UM DISCURSO POR
INTELECTUAIS AFRICANOS – CHEIKH ANTA DIOP E IFI AMADIUME**

Monografia apresentada no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em História.

Orientador Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre

2016

CAMILLE JOHANN SCHOLL

**MATRIARCADO E ÁFRICA: A PRODUÇÃO DE UM DISCURSO POR
INTELECTUAIS AFRICANOS – CHEIKH ANTA DIOP E IFI AMADIUME**

Monografia apresentada no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em História.

Aprovado em 16 de Janeiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Natália Pietra Méndez

Prof. Dda. Priscila Maria Weber

Prof. Dr. José Rivair Macedo (Orientador)

Porto Alegre

2016.

RESUMO

Este trabalho visa fazer uma problematização a respeito de um discurso que interpreta as sociedades africanas feito por africanos. O discurso analisado realiza uma explanação sobre a posição que as mulheres ocupam na estrutura das sociedades africanas. Tendo como inspiração a análise discursiva na perspectiva de uma arqueologia do saber, este trabalho reflete sobre como o conceito de matriarcado foi utilizado na obra de Ifi Amadiume e Cheikh Anta Diop, pensando seus contextos de produção, suas relações e influências e seus desdobramentos.

Palavras-chave: História da África, História intelectual; matriarcado; Cheikh Anta Diop; Ifi Amadiume.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. CAPÍTULO I. IFI AMADIUME: O MATRIARCADO, A UNIDADE MATRICÊNTRICA E A MATERNIDADE COMPARTILHADA	14
1.1.O DISCURSO ENQUANTO OBJETO	15
1.2. DEFINIÇÃO DE MATRIARCADO EM IFI AMADIUME	16
1.3. CONDIÇÕES E ESPAÇOS DE EMERGÊNCIA DESTE DISCURSO	18
2. CAPÍTULO II. CHEIKH ANTA DIOP: O MATRIARCADO E A UNIDADE CULTURAL AFRICANA	24
2.1. CHEIKH ANTA DIOP: UM BREVE PANORAMA	24
2.2. A UNIDADE CULTURAL DA ÁFRICA NEGRA: ESFERAS DO PATRIARCADO E DO MATRIARCADO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA	26
2.3. O DISCURSO DE CHEIKH ANTA DIOP SOBRE O MATRIARCADO E A POSIÇÃO DAS MULHERES NAS SOCIEDADES AFRICANAS	28
2.4. UM PRECURSOR DE UMA PERSPECTIVA AFROCÊNTRICA DA HISTÓRIA AFRICANA	30
2.5. AMADIUME LÊ DIOP: AFASTAMENTOS CRÍTICOS E APROXIMAÇÕES EM RELAÇÃO A OBRA DE CHEIKH ANTA DIOP	31
3. CAPÍTULO III. O CONCEITO DE MATRIARCADO: O COLONIALISMO E A QUESTÃO DA RAÇA	34
3.1. OS DESLOCAMENTOS DO CONCEITO DE MATRIARCADO	34
3.2. O MATRIARCADO NA VISÃO DE UM TIPO DE ANTROPOLOGIA COLONIAL: UM CASO PARA ANÁLISE	37
3.3. OS DESLOCAMENTOS DO CONCEITO DE MATRIARCADO: AS PERSPECTIVAS DA ANTROPOLOGIA COLONIAL E AS LEITURAS DE CHEIKH ANTA DIOP	40
3.4. MATRIARCADO: A QUESTÃO DA RAÇA E DA ETNIA EM C.A.DIOP.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa fazer uma problematização a respeito de um discurso que interpreta as sociedades africanas. Para tal, a pesquisa tem como fonte obras produzidas por intelectuais africanos que buscaram decodificar questões das sociedades africanas, mais especificamente, estudam a posição em que as mulheres estão inseridas na estrutura social de sociedades do continente.

Neste ensejo, o trabalho tem como recorte um tipo de discurso que foi produzido pelos intelectuais africanos: o discurso sobre o matriarcado como elemento estruturante das diferentes sociedades africanas. Este é corrente para a interpretação das questões de gênero que versam sobre o continente africano e possui uma historicidade própria, isto é, emerge em um determinado momento e se transforma com as apropriações que vai sofrendo.

Para tal, esta pesquisa visa acompanhar e analisar este processo histórico através do estudo de duas obras: a mais recente, de Ifi Amadiume, intelectual nigeriana que trabalha com o conceito de matriarcado e unidade matricêntrica para interpretação das sociedades africanas e a obra de Cheikh Anta Diop, intelectual senegalês que trabalha com o conceito de matriarcado.

Tais obras foram elegidas como documentos pois, em dois momentos, nos anos 50-60 e anos 90-2000, mostram um sistema conceitual que se organiza de forma a construir um discurso que abarca explicações para a questão da posição que as mulheres ocupam nas sociedades africanas.

Este discurso produzido por intelectuais em seus espaços e contextos que serão analisados possuem uma ligação e inserção nos movimentos políticos e sociais importantes na África, mediante os processos de descolonização e construção de novas identidades.

Desta maneira, esta investigação vem com a tentativa de construir como um perfil estratigráfico, pensando em uma metáfora da prática arqueológica, as camadas de conceitos e explicações sobre a questão da posição da mulher na sociedade africana dentro da produção de um tipo de discurso sobre isto.

Tendo isto em vista, na primeira parte é apresentado a análise da obra de Ifi Amadiume, na segunda parte, o pensamento de Cheikh Anta Diop e suas influências na obra da primeira. Por fim busca-se pensar em uma camada mais subterrânea, que são as influências, muitas vezes veladas, de uma perspectiva europeia e colonizadora sobre África sobre as duas outras visões.

OBSERVANDO A DIVERSIDADE DAS SOCIEDADES AFRICANAS: MULHERES, O MATRIARCADO E OS DISCURSOS

Esta pesquisa nasce de diversas indagações a respeito de reflexões sobre a interpretação das questões de gênero para o continente africano. A partir de leituras que tratam de sociedades africanas particulares em regiões específicas e que registram etnograficamente diferentes configurações de relações masculino/feminino e distintas posições que mulheres ocupam nestas sociedades foi recorrente chegar em interpretações que utilizavam os argumentos que o discurso do matriarcado e unidade matricêntrica.

As primeiras leituras e reflexões foram suscitadas a partir de fontes coloniais da região da Guiné, produzidas pelos colonialistas portugueses na Guiné-Portuguesa, atual Guiné-Bissau. Em sua empreitada colonial nesta região durante a primeira metade do século XX há um grande investimento em pesquisa etnológica com fins de produzir conhecimento sobre os povos da região em um contexto de arrefecimento do domínio colonial. Nos documentos produzidos neste contexto é representativo o "Boletim Cultural da Guiné Portuguesa", periódico editado de 1946 a 1973 que publicou estes estudos.

Ao ter os Boletins Culturais como fonte foi possível observar a construção de um discurso sobre as mulheres que trata dos Povos Bijagós, grupos autóctones da Guiné Portuguesa que habitam as diversas ilhas da costa e que tem como característica de sua estrutura social, em comparação com outros povos da região, uma maior atuação das mesmas nas decisões políticas dentro desta sociedade e uma maior liberdade das mesmas.

Para o estranhamento, surpresa, condenação e julgamento dos administradores-etnólogos portugueses que registraram estas informações naquele período, com a devida crítica das fontes na leitura das mesmas, foi possível observar que nas sociedades bijagós as mulheres escolhiam seus parceiros, construía as casas onde levavam os consortes, decidiam pela separação/divórcio, realizavam a transmissão da linhagem por via materna (matrilinearidade) e possuíam influência nas decisões políticas das localidades.

Dessa forma, os colonialistas portugueses, ao observarem as dinâmicas internas destas sociedades as relataram e as viram a partir de um conceito: o de "regime de matriarcado" ou "matriarcado". Este conceito foi cunhado no ocidente dentro de paradigmas evolucionistas sociais por autores como Bachofen, Morgan e Engels e foi o conceito disponível e conhecido por estes

administradores-etnólogos que produziram a documentação sobre os Bijagós.

Assim, houve a produção de um discurso que parte de uma visão colonial a respeito da observação das relações de gênero diferenciadas das já conhecidas pelos europeus e das posições que as mulheres ocupam na sociedade. O conceito de matriarcado, dentro deste paradigma evolucionista social, se expressa como um estágio de evolução das sociedades primitivas que necessariamente passarão, com sua evolução, para um estágio mais elevado e civilizado, o patriarcado. A produção deste discurso faz parte da justificativa colonial forjada tendo como bengala a antropologia que visava a intensificação do "processo civilizador" das sociedades "atrasadas"/"bárbaras"/"matriarcais".

Esta pesquisa sobre os povos Bijagós transportaram-me a outras leituras a respeito das configurações e dinâmicas de outras sociedades africanas que tinham um olhar voltado para a posição que as mulheres ocupavam na política e nas relações de gênero. Para além das grandes e mais conhecidas figuras de "rainhas" africanas que se apresentam em diferentes períodos históricos da África, como Cleópatra, Hatshepsut, Rainha de Sabá e a Rainha Nzinga, pesquisas mais recentes apontam para diversas e complexas configurações de poder político nas sociedades africanas.

Tarikuh Farrar (1997) apresenta um estudo a respeito de uma instituição política africana que segundo ele é presente desde o período antigo que é a "rainha-mãe". O autor aborda estudos etnológicos de diferentes antropólogos para refletir sobre a posição política da mulher e suas variações em diferentes sociedades africanas, concentrando-se na região da África Ocidental. Ele mostra que as mulheres possuíam títulos políticos nos altos escalões dos sistemas políticos antigos e que em muitos espaços este poder sobrevive ao longo do período colonial.

Concomitante a isso, aponta que há uma pluralidade de maneiras de expressão da autoridade política feminina na África o que pode ser observado nos trabalhos sobre as sociedades Pabir estudada por Cohen (1977), que possuíam uma autoridade feminina relacionada a questões cerimoniais ou como as sociedades Akan que Farrar (1997) estuda vendo uma instituição de "Rainha-mãe" e um sistema que o poder político é compartilhado por homens e mulheres. Um outro exemplo é a sociedade Meroítica de Kush em que mulheres assumiram a completude do poder monárquico (FARRAR:1997:590). Farrar (1997) propõe que sua busca vai no sentido de entender o poder político e quais as possibilidades disponíveis de obtenção de poder político ou status nas antigas sociedades africanas e posteriormente.

Também há o caso trabalhado por Oyeronke Oyewumi, intelectual Nigeriana, que apresenta um estudo sobre a sociedade Yorubá, que habita a atual Nigéria. Na obra "The invention of woman", de 1997, a autora faz uma crítica às narrativas de gênero ocidentais. Ela apresenta que nesta sociedade a forma corporal não fundava uma base da hierarquia social: os homens e mulheres não classificam-se segundo distinções anatômicas. No sub-grupo Oyo-Yurùbá do qual ela fez o trabalho de campo não havia mulheres na definição estrita de gênero.

A autora apresenta que a linguagem Yorùbá não é classificada de acordo com gênero e categorias como "masculino" e "feminino" são de difícil tradução linguística uma vez que não há associação direta destas categorias com o masculino-feminino anatômico tais quais os referenciais ocidentais. O princípio fundamental da organização deste grupo são as categorias de idade.

Outro caso é o dos Nnobi, também da Nigéria, trabalhado por Ifi Amadiume na obra "Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society", de 1990. A autora apresenta que nesta sociedade os papéis sociais não eram divididos de acordo com o gênero e os dados coletados no trabalho de campo mostram a dualidade sexual das atividades econômicas e políticas. Ela apresenta esta questão a partir do estudo da instituição das "primeiras filhas": estas eram mulheres que por serem primogênitãs tinham o direito de ter "esposas", como os homens primogênitos. Assim, pelo fato da primogenitura, estas assumiam a função de "filhas-masculinas" e casavam com "esposos-femininos".

Junto a isto, Amadiume apresenta que o sistema de dualidade sexual dos Nnobi expressa-se pela dualidade homem/mulher da formação das unidades sociais. Por exemplo, no âmbito político, as mulheres que ocupavam determinadas posições eram centrais nas decisões, na busca de consenso e no controle dos mercados. Junto a este elemento, mostra a convivência de um sistema político chamado Ekwe, o qual as mulheres ocupavam a posição política central e decisória e do sistema político Umunna que colocava os homens nos espaços de poder político. Estes conviviam com um terceiro sistema classificatório: a humanidade coletiva não genderizada, Nmadu.

Estes estudos representam alguns exemplos da diversidade de configurações das sociedades africanas nos diferentes espaços a respeito deste assunto e das variadas pesquisas que apresentam abordagens e interpretações que não são unívocas. De igual maneira apresentam outro problema para o pesquisador que é a reflexão em torno da categoria gênero.

A categoria gênero é corrente nos trabalhos de análise histórica recentes. Joana Maria Pedro (2005) faz uma reflexão a respeito deste conceito que possui uma historicidade própria e nasce no ocidente atrelado aos movimentos de mulheres, feministas, gays e lésbicas, aparecendo com mais força nas análises sociais nos anos 80-90. Uma das autoras que deu força para disseminação do uso desta categoria foi Joan Scott, que publica um artigo nos Estados Unidos em 1988 que define que o gênero é a organização social da diferença sexual e sobretudo uma relação primordial de poder.

Tendo as referências históricas de Joana Maria Pedro (2005) como parâmetro, este trabalho trata a categoria gênero de acordo com a utilização que as fontes desta pesquisa fazem: gênero é definido pela organização social da diferença sexual e as relações de gênero se referem às relações – de poder - travadas entre o que define ser o masculino e o feminino em cada sociedade.

No discurso sobre o matriarcado e a unidade matricêntrica de que é tratado na primeira parte deste trabalho, Ifi Amadiume cita a noção de gênero como essa organização social da diferença sexual, pois mostra que o sexo não está relacionado diretamente ao gênero, em alguns casos das organizações sociais africanas. No discurso da autora, a categoria gênero é menos aparente do que a categoria mulher, portanto, pode-se dizer que ao utilizar o conceito de matriarcado, Ifi Amadiume se aproxima muito mais de uma “história social das mulheres” do que uma história de gênero.

Já o discurso de Cheikh Anta Diop foi escrito em um contexto em que a categoria gênero não era presente nas análises sociais e que os movimentos de mulheres estavam começando a emergir e realizar uma produção acadêmica sobre isto. Portanto, o discurso de Diop, quando pensa o conceito de matriarcado relaciona-o diretamente a categoria mulher e mãe, que é relacionada ao sexo feminino, isto é, os aspectos biológicos - e suas funções - que são determinantes.

Assim, é importante ressaltar a problemática de transportar o conceito gênero para África. Alguns autores, como Phillip Havik já fazem isso. Este autor apresenta os problemas do traslado desta categoria para análises históricas de África¹, por gênero ser uma categoria nascida para explicar dinâmicas ocidentais. Justaposto a estas problemáticas teóricas e conceituais, é

¹ HAVIK, P. A Dinâmica das Relações de Gênero e Parentesco num Contexto Comercial: um Balanço Comparativo da Produção Histórica sobre a região da Guiné-Bissau – séculos XVII e XIX. Afro-Ásia, 2002, pp. 79-120.

emergente destes estudos de caso com sociedades específicas africanas, discursos que buscam explicar mais amplamente e de forma abrangente a questão das relações de gênero na África, tendo em vista o poder político masculino e feminino, assim como a posição em que as mulheres assumiram e assumem nas sociedades africanas.

Problematizado isso, este trabalho se constrói em paralelo a estas discussões de gênero e pode ser definido pela busca da construção de uma história intelectual a respeito do conceito de matriarcado produzido por intelectuais de origem africana que tiveram o intuito de explicar, em uma abordagem estrutural, a posição que as mulheres se encontram nas sociedades africanas, em consonância com a perspectiva de que há uma unidade cultural intercontinental africana que é partilhada por todos.

OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: SOBRE OS JOGOS DE OLHARES E SOBREPOSIÇÕES DE TEMPORALIDADES

Ao ter como inspiração as ideias de Michel de Certeau (1982) na "Operação Historiográfica", texto importante para pensar o fazer do historiador e da historiadora, várias reflexões foram suscitadas. Ao refletir sobre a operação historiográfica deste trabalho é necessário pensar sobre o olhar que se lança sobre o objeto de pesquisa.

O primeiro ponto é o estabelecimento das fontes de pesquisa que são os escritos de intelectuais africanos que produzem um tipo de discurso sobre as mulheres e gênero para as sociedades africanas. Com relação a isso, é preciso ressaltar que este trabalho visa estudar a perspectiva de intelectuais africanos sobre a África, buscando dialogar com uma historiografia e antropologia africanista feita por africanos.

Este foi resultado de uma escolha que busca conhecer mais profundamente a perspectiva africana sobre o próprio continente e sua história, não em busca de uma verdade "africana", mas em busca das interpretações que são enraizadas na "experiência africana" e de como estes intelectuais a articulam com a apropriação do "legado intelectual internacional", tal como apresenta Hountondji (2008).

Os discursos aqui analisados, os do senegalês Cheikh Anta Diop e da nigeriana Ifi Amadiume, lançam um olhar sobre África que é condicionado pois parte de um determinado

lugar: tais são fabricados em um meio específico e em uma profissão específica, com um engajamento político e social específico, como mostra De Certeau (1982). Para além do lugar de produção que condiciona o discurso, há também que ter claro os procedimentos de análise dos autores e a produção textual, que é o produto final que fala, em determinada língua, para algum público específico. Estas questões serão problematizadas no desenvolvimento deste trabalho, assim como as influências sofridas na obra de Amadiume pela obra de Diop.

Assim, dentro desta pesquisa, diversos olhares estão inseridos: o olhar dos intelectuais africanos sobre sociedades africanas, seus aspectos tradicionais e suas histórias, assim como há o olhar de um homem intelectual africano sobre mulheres africanas e o olhar de uma mulher intelectual africana sobre outras mulheres africanas, ambos construindo um discurso essencialista sobre "mulheres".

Junto a isso, também pode-se pensar que há o olhar dos africanos que estão fora dos espaços intelectuais que tomam contato com este discurso e as ideias que tal proferem e que os traduzem para uma luta política e de ativismo, como no caso dos movimentos de mulheres no pan-africanismo.

Justaposto a estes diversos olhares - que poderiam ser ainda mais ampliados -, há o olhar desta pesquisa sobre estas questões: um olhar externo e estrangeiro que olha para estas questões importantes para o contexto africano e busca, a partir de um procedimento de análise, ver a emergência de um tipo de discurso e suas apropriações ao longo do tempo e sua incidência em alguns movimentos políticos e sociais.

Tendo isto em vista, o olhar que esta pesquisa lança sobre as fontes que elegeu tem um procedimento de análise que busca ver uma sequência de um sistema conceitual, inspirado na Arqueologia de Michel Foucault. Pode-se ver que nos documentos que esta pesquisa tem como fonte há conceitos que são centrais para a explicação dos objetos de pesquisa dos autores: o conceito de matriarcado, depois apropriado e pensado junto com o conceito de unidade matricêntrica. Há uma relação direta destes conceitos que são utilizados em diferentes momentos históricos para realizar uma explicação sobre dinâmicas sociais internas ao continente africano.

Estes conceitos aparecem como uma sequência de sistemas conceituais que se articulam e tem uma organização própria que buscam explicar questões e resolver as problemáticas. De forma que, esta pesquisa vê o discurso e os conceitos nele contidos como objeto e tem como procedimento de análise a descrição sistemática deste "discurso-objeto" buscando ver as

condições de emergência deste discurso, pensando o local que este discurso emerge, para quem ele é proferido e por quem ele é utilizado.

É cabível inspirar-se na Arqueologia do Saber de Foucault pois esta mostra caminhos para ter o discurso enquanto o objeto e destrinchar o discurso por meio de uma descrição sistemática que pensa as práticas discursivas a qual atravessam as obras individuais, refletindo sobre os seus tipos e regras, assim como as formas de definição dos discursos em suas especificidades, pensando estes enquanto um "monumento", que tem volume próprio, que pode ser descrito enquanto uma produção e condicionados ao seu local de produção, intencionalidades, uso e reuso.

1. CAPÍTULO I. IFI AMADIUME: O MATRIARCADO, A UNIDADE MATRICÊNTRICA E A MATERNIDADE COMPARTILHADA

A obra "Reinventing Africa: Matriarchy, religion and culture" (Reinventando a África: matriarcado, religião e cultura) foi editada pela cientista social nigeriana Ifi Amadiume em 1997 nos Estados Unidos e reeditada em 2001. Esta obra é composta de ensaios produzidos entre 1989 e 1994. Ela a dedica às suas raízes, à sua vida política e acadêmica em Londres. Amadiume tem um conjunto de obras em que analisa o caso do povo Igbo da Nigéria² e obras em que faz uma crítica feminista a questões atuais africanas³. Também possui produção poética.

A autora parte de um ponto de vista interno à África, pois nasce dentro de uma comunidade do grupo Igbo em uma localidade chamada Kaduna (Nigéria) em 1947. Sua formação acadêmica acontece na Universidade de Londres, quando em 1971 vai para o Reino Unido estudar na Escola de Estudos Orientais e Africanos saindo com o diploma em antropologia social em 1973 e PHD em 1983. Durante este período aprofunda-se nas questões internas a sociedade Igbo, pensando as "raízes matriarcais" desta sociedade, tanto no primeiro trabalho, "Igbo - African Matriarchal Foundations" quanto no segundo, "Male Daughters, Female Husbands". Atualmente atua na Universidade de Dartmouth, nos EUA desde 1993.

A obra supracitada, "Reinventing Africa: Matriarchy, religion and culture" (Reinventando a África: matriarcado, religião e cultura), faz uma reflexão teórica a respeito dos estudos sobre sociedades africanas particulares realizados ao longo da sua carreira. São nestes escritos que a autora defende claramente sua posição teórica com relação a análises antropológicas das sociedades africanas e as questões de gênero.

Com fins de análise e descrição do discurso que a autora produz, esta pesquisa tem como recorte duas partes significativas da obra desta autora, que é a primeira parte ("Writing Africa: African Social History and the sociology of history"/"Escrever a África: História Social Africana e a Sociologia da História") e uma segunda parte chamada "Reescrevendo a História", título no qual a autora se coloca como uma perspectiva diferenciada da corrente na historiografia africana.

² African Matriarchal Foundations: The Igbo Case (Karnak House, 1987) e Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society (Zed Press, 1987) St. Martin's Press. 1990.

³ The Politics of Memory: Truth, Healing, and Social Justice (with Abdullahi A. An-Na'im), London: Zed Books. 2000. e Daughters of the Goddess, Daughters of Imperialism: African Women Struggle for Culture, Power and Democracy, London: Zed Books, 2000.

As secções analisadas tem como título "The matriachal roots of Africa"/"As raízes matriarcais da África" e "Race and gender: Cheikh Anta Diop's moral philosophy"/"Raça e gênero: a filosofia moral de Cheikh Anta Diop".

1.1.O DISCURSO ENQUANTO OBJETO

A autora calca sua reflexão teórica na sua experiência de campo, utilizando-se de uma metodologia em que ela chama de "micro-estudo", pois observa um caso específico, os Nnobi, comunidade do grupo Igbo localizados no território da atual Nigéria. A autora apresenta que ao olhar para a estrutura social dos Igbo ela pode perceber que estes possuem uma "ideologia de gênero" que atua como princípio organizacional na economia, na classificação social e na cultura.

Segundo a autora, a base desta "ideologia de gênero" está na oposição binária entre o sistema mkpuke e obi. O primeiro representa uma "unidade matricêntrica", ao qual o foco das relações gira em torno da mulher-mãe e o segundo representa a casa ancestral focada no homem. A autora defende que a estrutura de relação entre estes dois sistemas ou estruturas de gênero são refletidas em âmbitos mais amplos, como a organização social e a política.

Junto a isso, a autora também argumenta que a convivência entre estes dois sistemas formam diferentes conjuntos de valores que convivem: o ummume, ligado diretamente à prática da "maternidade compartilhada" que expressa valores de compaixão/amor/paz em contraste com o umunna, valores da paternidade, que se expressam pela competitividade/masculinismo/valor/força/violência.

Assim, esta convivência entre estes dois sistemas, um patriarcal e um matriarcal, é apresentado como em uma "relação dialética". Concomitante a isto, é apresentado um terceiro sistema que também convive com os outros dois que é o Nmadu. Este não é baseado em diferenças de gênero nem nos seus sistemas classificatórios, nem nos papéis que define nem no status político das lideranças. A autora salienta que Nmadu é um termo linguístico que não é baseado no gênero para designar humanidade ou ser humano ou pessoa.

A autora argumenta que na estrutura social dos Nnobi, o Mkpuke é a menor unidade de parentesco e a menor unidade de produção: isso significa que é através do sistema Mkpuke, baseado nas decisões da mãe, que é determinado como se fará a produção de alimentos e como

será feita a sua distribuição dentro da unidade familiar. Ela apresenta também que a relação de produção possui uma ideologia baseada na maternidade e no gênero feminino chamada ummune ou ibenne, o que tem implicações políticas mais amplas na comunidade.

Entende-se que há uma relação profunda entre a unidade de produção e as relações de produção, pois aqueles que comem na "mesma tigela", ou seja, alimentam-se dos insumos produzidos dentro de uma unidade de produção familiar, estão compartilhando o espírito que emana da maternidade. Esta percepção dentro da unidade familiar se alastra para o grupo maior, a comunidade, pois é reproduzida no contexto político ao qual se expressa pela crença de que todos os Nnobi estão ligados como filhos da mesma mãe, uma entidade chamada Idemili, adorada por todos os Nnobi.

As representantes desta entidade no plano terrestre são as mães, as matriarcas, mulheres intituladas de Ekwe, líderes dos mercados e do Conselho de Mulheres, uma organização política formal das mulheres Nnobi da qual não participa nenhum homem.

1.2. DEFINIÇÃO DE MATRIARCADO EM IFI AMADIUME

Amadiume (1997) apresenta que o matriarcado está localizado nas estruturas profundas do sistema Mkpuké e sua ideologia do Ummune ou Ibenne. O Mkpuké é gerado pelas mulheres do grupo e tem seu poder expresso na unidade familiar: a mulher é a provedora da família, tanto biologicamente quanto no seu sustento, pois é a mulher quem decide e operacionaliza a produção de alimentos e sua distribuição. Estas funções e posições sociais são de fundamental importância dentro destas comunidades africanas e a mulher assume papel proeminente.

Assim, a definição da autora de matriarcado se relaciona com o papel que a mulher assume enquanto mãe, figura de poder dentro de uma "unidade", qual seja, uma "unidade matricêntrica". Provém deste sistema, o ummune, valores que a autora define como compaixão/amor/paz, que traz consigo o aspecto da "maternidade compartilhada". Esta questão abarca dois aspectos, no plano das entidades religiosas, todos seriam filhos de uma mesma mãe, a entidade feminina Idemilli e todos "comeriam da mesma tigela", provida pela entidade-mãe. E, no plano terreno, há outro aspecto desta maternidade compartilhada, a qual mulheres de um mesmo local compartilham o cuidado com as diferentes crianças locais.

Após definir matriarcado a partir do micro-caso dos Nnobi a autora apresenta que fez uma revisão da etnografia da África Ocidental e, a partir destes estudos, diz que a estrutura matricêntrica Mkpuke se expressa em diversas sociedades. Dessa maneira, Amadiume se aproxima de uma leitura generalizante para a África inferindo que o matriarcado seria abrangente para todo o continente, procurando mostrar que este argumento derruba a ideia ocidental corrente de que "o homem é cultura e a mulher é natureza" (AMADIUME:1997:19) dentro do debate "cultura X natureza" na antropologia.

Segundo ela, os resultados de sua pesquisa de campo expressam ao contrário: o sistema matricêntrico, representado pela Idemilli, representa a cultura, enquanto Aho-bi-na-agu, a entidade dos homens e do sistema Obi, mora na floresta e representa a natureza.

Na sequência, sobre o conceito de matriarcado, a autora sintetiza:

"Meu argumento básico do matriarcado é que a estrutura matricêntrica é a menor unidade de parentesco. Sua base material é concreta e empírica, enquanto a base material e ideológica do patriarcado carrega uma contradição. Patriarcado é disputável, enquanto a paternidade é um constructo social. O resultado desta contradição é a tendência à compulsão patriarcal baseados na força jurídica, rituais violentos e metáforas e simbolismos de pseudo-procriação, oposto à força moral do matriarcado" (AMADIUME:1997:21-22)

Tendo isto em vista, em Amadiume o conceito de matriarcado e sua definição se relaciona com o estudo do parentesco, assim, a posição da mulher na sociedade se define pelo seu papel de mãe e seu poder emana das tarefas que sustentam materialmente a unidade familiar, ou seja, a unidade matricêntrica. E, esta unidade matricêntrica que se define dentro do âmbito doméstico se projeta na comunidade através das organizações de mulheres, que segundo a autora, são básicas e atravessam a história nas sociedades do continente africano.

No discurso de Amadiume não aparece o aspecto da matrilinearidade relacionado ao matriarcado, como em tantos outros autores. A matrilinearidade se define pela transmissão do parentesco por via uterina, sendo que o pai biológico, em geral, assume função secundária nas responsabilidades sobre a criança em detrimento do tio materno, pois a criança "pertence" à linhagem materna.

Ao refletir sobre esta questão, pode-se inferir que, no constructo teórico de Amadiume,

uma sociedade matriarcal e suas unidades matricêntricas podem ser tanto patrilineares como matrilineares, observando que as sociedades africanas apresentam essa multiplicidade de possibilidades, pois o matriarcado, nesta perspectiva, se define pelo papel da mulher na unidade familiar enquanto mãe.

É importante salientar que a autora apresenta que em suas observações das sociedades africanas ela percebe que o doméstico e a família são distintas unidades e distintos termos, em contraposição ao sistema patriarcal da Europa, por exemplo, no qual o doméstico e a família são sinônimos. Então, é no âmbito do coletivo, da família - que não é restrita ao âmbito doméstico - que o que decorre o que a autora chama de "maternidade compartilhada", enquanto em outros espaços não-matriarcais, tal relação não ocorre.

1.3. CONDIÇÕES E ESPAÇOS DE EMERGÊNCIA DESTE DISCURSO

Na obra de Amadiume há um sistema de conceitos que abrangem o matriarcado, unidade matricêntrica e maternidade compartilhada que são utilizados para explicitar uma visão sobre a posição em que as mulheres se encontram nas sociedades africanas, partindo de um micro-estudo de caso que se alastra para outras sociedades, o que resulta na defesa final da autora de um matriarcado que está presente nas sociedades africanas como um todo.

O discurso sobre o matriarcado de Amadiume está inserido em um espaço e em condições de emergência que não se dão por acaso e nem são singulares ou unívocos. Há uma relação entre os argumentos da autora entre visões que vieram antes dela e que serão analisados nesta parte do trabalho, pensando os conceitos aqui trabalhados a partir de um conjunto de regras que permite formá-los dentro de um discurso e que constituem sua condição de aparecimento histórico.

Estas questões serão analisadas a partir de duas correntes de pensamento que a autora se coloca como engajada intelectual e politicamente que são o afrocentrismo e também o feminismo.

Amadiume, uma mulher africana que nasce na África Ocidental, em uma comunidade nigeriana faz sua formação intelectual em Londres. Após formada, atua em comunidades locais britânicas, em especial comunidades negras, como educadora. Ela diz que foi neste período que estes textos foram produzidos, no momento em que estava intensamente envolvida com alunos Afro-caribenhos em Londres. Ela se insere como muito simpática ao pensamento afrocêntrico e

muito crítica com relação ao seu próprio engajamento com o afrocentrismo⁴.

O engajamento da autora com o afrocentrismo é direto por diferentes vias. Há uma primeira via, que a autora apresenta no prefácio da obra aqui analisada, em que fala do seu engajamento com as comunidades negras de Londres e do interesse que tinham em saber mais das sociedades africanas (suas "grassroots", raízes). Ela apresenta que o afrocentrismo era um "princípio moral" que os guiava e ditava a estética (determinados tipos de roupas, formas de arrumar o cabelo e enfeites) em conjunto com a busca de uma vida comunitária mais feliz em resistência ao racismo do local.

Por outra via, a autora tem uma aproximação intelectual com a corrente de pensamento nas ciências sociais denominada afrocentrismo. Amadiume se coloca como grande admiradora e crítica do trabalho do senegalês Cheikh Anta Diop, um dos pensadores africanos e grande nome da corrente intelectual africana que entra em combate com ideias correntes provindas da Europa que desvalorizavam o continente africano e sua história.

O trabalho de Amadiume e, em especial sua reflexão teórica, está calcada em uma leitura e reflexão sobre aspectos da obra de Cheikh Anta Diop a respeito da história africana, em especial na reflexão sobre o conceito de matriarcado e de como este conceito se insere na cultura de sociedades africanas. Diop foi o primeiro intelectual africano a defender a tese de uma origem africana para a civilização egípcia. O autor foi engajado na produção, disseminação e incentivo de uma produção historiográfica sobre a África em diferentes períodos históricos em conjunto com a participação, de âmbito político, com vista a valorização da história africana, combatendo a visão corrente europeia de que África não possuiria história própria.

Pode-se ver que a história e suas interpretações são um campo de embate das perspectivas colonizadoras europeias e de uma perspectiva africana. Esta última foi emergente na época de Diop e buscou a valorização de África pelos próprios africanos em luta pela libertação e descolonização nos diferentes territórios do continente também através do conhecimento histórico.

Tendo isto em vista, para compreender como o afrocentrismo se coloca no pensamento africano sobre África é interessante analisar as correntes da historiografia africana. Carlos Lopes (1995), um intelectual guineense, apresenta três correntes da historiografia africana que

⁴ In: AMADIUME, Ifi. *Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture*. Interlink Publishing Group, 1997.

representam visões distintas sobre a África em diferentes períodos e distintos locais de fala. A primeira perspectiva é denominada de “Inferioridade Africana”, a segunda “Superioridade Africana” e a terceira ele denomina de “historiografia africana contemporânea” ou “emoções controladas”.

Pode-se dizer que a primeira perspectiva, a “Inferioridade Africana”, se constitui atrelada ao contexto do colonialismo. Esta corrente historiográfica é majoritariamente construída pelos europeus em contexto colonial que ao olhar para as colônias africanas buscam explicar, por meio de uma retórica de cunho científico, o que conseguem apreender dos diferentes grupos africanos, interessando-se para o que eles viam como exótico e passível de exploração. Tal discurso construiu imagens negativas da África, utilizando argumentos de que os grupos africanos eram menos evoluídos ou desenvolvidos que os europeus. Lopes (1995) apresenta que essas visões surgem em meados do século XIX, quando Hegel afirma categoricamente que a África não tem história.

Já a segunda perspectiva da historiografia sobre África, segundo Lopes, é a da “Superioridade Africana” também denominada “Afrocentrismo”. Tal corrente historiográfica nasce vinculada ao contexto de descolonizações e independências dos países africanos e possui um discurso que se coloca em contraposição à corrente da inferioridade africana, pois em geral faz uma inversão do discurso da outra: na medida em que a primeira inferioriza os africanos em detrimento dos europeus, a segunda busca argumentar uma superioridade africana em contraposto aos outros.

Dentro desta corrente, que promove algumas rupturas epistemológicas, um dos principais assuntos problematizados é a questão da identidade africana, pensando junto a isso, uma perspectiva racial, buscando uma valorização do negro, seja este na África ou na diáspora. É neste contexto que está imiscuído os congressos pan-africanos, o pensamento pan-africano e os movimentos políticos, tanto em África, quanto na América.

Um dos pensadores precursores desta corrente foi Cheikh Anta Diop, que produziu uma vasta obra e trabalha com diferentes temáticas, dentre elas a origem dos homens e suas migrações e realiza uma investigação acerca de como as sociedades se transformam, sempre tendo como foco o “contributo da África para a humanidade”.

Em meio a polêmicas intelectuais e em confronto com visões europeias, Diop defendeu uma origem autóctone, qual seja, africana para o Antigo Egito. Pois enquanto egiptólogos

europeus defendiam uma origem branca para o Egito, Diop constrói uma tese que visa mostrar a origem negra desta civilização, argumentando a partir de um estudo multidisciplinar que envolvia argumentos linguísticos, arqueológicos, químicos, antropológicos, entre outros, que a civilização egípcia era autóctone africana, de origem negra, e que teria sido um centro difusor da civilização para outros locais.

Em decorrência de suas pesquisas e visões, concomitante ao seu engajamento político por diversas pautas africanas, como a descolonização e lutas de libertação, assim como a sua relação e colaboração com o Movimento Pan-Africano, Diop também defende uma "unidade cultural africana", isto é, há uma matriz de cultura subjacente a todos os povos africanos autóctones do continente, ideia que é utilizada com fins políticos e também influencia muito a intelectualidade africana e seus trabalhos acadêmicos.

Por fim, a terceira e mais recente corrente da historiografia africana é denominada por Lopes (1995) de "Historiografia Africana Contemporânea" ou simplesmente pela expressão "Emoções controladas". Esta perspectiva sobre história africana apresenta o estudo da complexidade das historicidades africanas buscando desvincular-se do que Lopes chama de "historiografias ideologizadas" representadas pelas duas outras correntes.

A obra de Amadiume, que é apresentada pela mesma como um trabalho de antropologia e história social, se insere na "historiografia africana contemporânea" pois busca uma perspectiva endógena⁵ do conhecimento sobre África, isto é, vê as dinâmicas próprias do continente a partir de uma visão interna, ou seja, defende que a fala sobre África seja pronunciada pelos próprios africanos.

Concomitante a isto, há uma relação direta da obra de Ifi Amadiume e dos aspectos que tangem a obra "Unidade Cultural da África Negra" de Cheikh Anta Diop. A autora faz um diálogo aberto com as ideias apresentadas nesta obra, seus conceitos e visões, tanto com concordâncias quanto com críticas. E, a maior crítica e distanciamento da autora com relação a Diop é sobre a metodologia que o autor usou. De forma que Amadiume propõe outra metodologia para analisar a mesma questão, resultando em divergências de interpretações sobre o conceito de matriarcado, o que será melhor explicitado nas próximas partes deste trabalho.

⁵ O conceito de "endógeno" é utilizado por autores como Paulin Hountondji e Joseph Ki-Zerbo dentro de seus estudos africanos. Neste trabalho utilizamos a perspectiva de Hountondji que apresenta que uma perspectiva ou conhecimento endógeno se refere a "a percepção das dinâmicas próprias do continente a partir de uma visão interna". O debate e referências acerca da questão ocorre na página 46 deste trabalho.

Por outro viés, termos de influência marxista também estão presentes na obra da autora, porém com menos debate conceitual e citações diretas. Como exemplo, temos o debate com o antropólogo Claude Meillassoux (1964) o qual introduziu o conceito de "modo de produção doméstico" no seu estudo dos Guro da Costa do Marfim. A autora apresenta que este autor interpreta os papéis domésticos nas relações de produção e é este aspecto que a inspira neste autor, que ao realizar um micro-estudo como ela, mostra como a base econômica é um fator determinante dentro de todo o sistema, visão a qual traz imbricada no conceito de unidade matricêntrica e do papel da mulher-mãe na sociedade.

Um terceiro ponto é como a autora se coloca enquanto uma intelectual feminista e qual tipo de feminismo ela tem como prerrogativa. Amadiume apresenta-se como uma africana feminista que através do seu trabalho intelectual mostra a voz e agência de "mulheres nativas", termo que a própria coloca, visibilizando a posição e a atividade de mulheres que vivem nas sociedades tradicionais africanas e afirmando que tais são de extrema importância para as dinâmicas sociais e para as decisões tomadas em comunidade.

A autora enfatiza que as mulheres africanas menos ocidentalizadas são as mais seguras de si e de sua posição na sociedade. Ela se coloca em posição de defesa destas mulheres, das funções que assumem e de suas atividades nos grupos em que vivem mostrando que os discursos ocidentais sobre África e as mulheres se prendem a lógicas colonialistas, e o ocidente e o feminismo ocidental continuam a ver as culturas tradicionais sem o poder e a agência que de fato possuem. Assim, a autora faz sua crítica ao feminismo ocidental

Portanto, Amadiume diz que seu feminismo aparece através de seu trabalho: por meio dele as mulheres africanas falam muito e o mais importante, elas sabem o que querem e sabem o que quer o coletivo de mulheres, sempre baseado nos valores de uma solidariedade feminina. Assim, Amadiume traça como um exemplo de força feminina e feminista o que ela denomina como "matriarcas", que são as mulheres líderes das famílias dentro de grupos africanos tradicionais.

Amadiume analisa que são as gerações modernas de mulheres e garotas consumidoras de culturas globais importadas que não tem voz. Seu argumento e crítica a novas gerações de africanas ocidentalizadas - a qual ela é inserida também - vem junto com a crítica a um denominado "Feminismo Africano" que seria traçado a partir de mulheres pertencentes às elites modernas. A partir disso ela reitera que as "grandes matriarcas" fornecem um deslocamento a

essa posição ocidentalizada, mostrando um ponto essencial às mulheres feministas em ativismo na África.

A partir deste ponto de vista, de um feminismo africano que discute questões que concernem às mulheres africanas, Amadiume realiza a sua crítica às feministas ocidentais. Ela diz:

"Como feministas europeias, presas no debate produção-reprodução, procuram possíveis meios de sair de sua historicamente opressora estrutura familiar patriarcal, inventando monoparentalidade e relações afetivas alternativas. Eu argumento que no caso africano nós não temos que inventar nada. Nós já temos uma história e um legado de uma cultura de mulheres - um matriarcado baseado nas relações afetivas - e isto deve ter um lugar central na análise e pesquisa social" (AMADIUME:1997:23)

Sobretudo, a autora argumenta que um feminismo africano, pensado nestes termos, abarca demandas e ativismos de mulheres de diferentes classes, religiões e posicionamentos políticos, porém, para além das pautas diferentes, uma pauta em comum é a assimetria de gênero que é causada pelo desenvolvimento desigual, o que tornaria singular e importante este movimento em África.

2. CAPÍTULO II. CHEIKH ANTA DIOP: O MATRIARCADO E A UNIDADE CULTURAL AFRICANA

*"Desejei libertar a profunda unidade cultural que permaneceu vivaz
sob ilusórias aparências de heterogeneidade"*

(Cheikh Anta Diop, Unidade Cultural da África Negra, Introdução)

Cheikh Anta Diop (1923-1986) foi um intelectual que nasceu no Senegal e produziu ideias inovadoras que influenciam e inspiram intelectuais africanos e fora de África até a atualidade. Atuando tanto no campo acadêmico quanto no da luta política, de maneira relacional, foi um homem que muito influenciou as diretrizes da luta de libertação anticolonial nos diversos espaços de África assim como entusiasmou o pensamento africano sobre África e suas dinâmicas culturais.

Este capítulo se propõe a fazer uma análise de parte das ideias do autor no que tange a construção de um discurso sobre a mulher e sua posição nas sociedades africanas pensando as relações destas ideias que foram precursoras e se inserem na perspectiva de uma historiografia afrocêntrica em embate com perspectivas colonialistas que analisavam as sociedades africanas. As ideias de Diop formaram e incentivaram uma geração de intelectuais africanos que pensam a África.

Tendo isto em vista, a análise deste trabalho parte do o discurso de Cheikh Anta Diop no contexto em que o autor se insere, observando as condições de emergência de seu discurso e os embates teóricos e historiográficos ao qual se submeteu, fato que é atrelado a sua luta política. Um segundo ponto é pensar a relação direta da influência de Diop sobre o trabalho de Amadiume, procurando pensar em que pontos o discurso de Diop sobre a mulher e a posição de mulheres nas sociedades africanas são reutilizados em leituras mais atuais e de que maneira estas leituras inspiram as ações políticas de alguns grupos africanos hoje.

2.1. CHEIKH ANTA DIOP: UM BREVE PANORAMA

Cheikh Anta Diop é um ícone do pensamento africano. Muito admirado na África e na

diáspora, seu pensamento e vida fazem parte e muito influenciaram, tanto em nível intelectual quanto político, os processos históricos na África contemporânea. Poder-se-ia realizar um trabalho analisando apenas a complexidade de sua obra, assim como suas contradições e críticas, porém tange a este trabalho observar um panorama geral da vida e obra deste autor e realizar uma leitura de um aspecto da produção deste africano.

Diop devotou sua vida acadêmica, em parte, a escrever a história do Antigo Egito como intrínseca ao continente africano, isto é, defendia uma origem africana para a civilização egípcia em um momento em que a Egiptologia europeia imperava com o argumento de uma origem exógena ao continente africano.

Este senegalês tem uma trajetória *sui generis*: teve seus estudos primários no Senegal dentro de uma escola de sabedoria muçulmana e depois vai à Paris, em 1946, estudar matemática. Dentro da Sorbonne envolveu-se com cursos de sociologia, antropologia, história antiga e linguística inserindo-se em um meio intelectual bastante reconhecido, com professores como André Aymard, Gaston Bachelard, Leroi-Gourhan e Marcel Griaule. Assim, tem uma formação dupla: para o lado das ciências exatas, com a matemática e a física nuclear e, nas áreas das ciências humanas já citadas, complementando com estudos dos hieróglifos e egiptologia (DIALLO e SANTOS:1998:115).

Em 1951 defende sua tese que foi recusada pela Universidade de Paris que, em linhas gerais, defendia a origem negra para o Egito Antigo. Nos próximos anos segue com suas investigações históricas complementando a obra e a publicando na imprensa com o nome de “Nations nègre et culture” (‘Nações negras e cultura’). Em 1960 sua tese é aceita pela Universidade. Subsequente a isso, Diop retorna ao Senegal e se engaja na intensa luta política africana dos anos 60.

Em “Nações Negras e Cultura”, Diop foi pioneiro em proferir que o Egito Antigo possuía uma origem autóctone do continente africano e era uma civilização negra. A partir de estudos linguísticos, de cultura material, iconográficos e de aspectos da cultura fazendo um paralelo com as tradições africanas subsaarianas, como por exemplo, os Wolof do Senegal, Diop defende a tese de que o Egito era negro. A defesa desta ideia entra em embate direto com visões europeias clássicas já cristalizadas nas ciências sociais instituídas nos grandes centros, como a França. Por isso, sua tese é negada e levanta muitas polêmicas.

Pois o Egito Antigo é o símbolo da origem da civilização construído pela historiografia

clássica e tradicional. Em um processo que dura mais de uma década, desde a primeira defesa da tese e sua recusa, em 1951, houve um incremento da tese e a disseminação de suas ideias, o que resulta na apropriação do Egito Antigo, visto enquanto origem da civilização, pelo pensamento pan-africano. Desta maneira, o Egito foi transformado em um símbolo de valorização da grandiosidade de um passado comum africano, relacionado com a ideia de “raça negra”, sendo enfatizado como a origem da humanidade.

Os Egípcios seriam uma grande e desenvolvida civilização da antiguidade, a qual teria sido governada por homens negros. Esta poderosa civilização tinha relação com outras nações brancas, como as habitantes do continente asiático, que eram por eles escravizados, e com os Gregos que segundo a tese de Diop foram influenciados profundamente pelos Egípcios. O discurso do autor inverte a lógica do discurso que critica e procura desbaratar.

Tendo como base as teses sobre a história deste autor foi possível embasar um movimento político, em uma perspectiva de valorização da África negra, inserindo-se na já citada perspectiva afrocentrista, que pensou e disseminou uma ideia sobre a identidade do homem negro que vinha atrelada à identidade do homem africano. E esta emergia a partir de uma primeira grande civilização da humanidade, a civilização egípcia. Assim, foi embasada a ideia de que haveria uma unidade africana, pois, os díspares povos africanos que são observados, apesar de suas diferenças, possuem características comuns que sobrepujam o que é diferente.

2.2. A UNIDADE CULTURAL DA ÁFRICA NEGRA: ESFERAS DO PATRIARCADO E DO MATRIARCADO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

A obra publicada subsequente a tese de Diop é a “Unidade Cultural da África Negra” (“L'unité culturelle de l'Afrique noire”), em 1959. Logo na introdução Diop deixa claro que quer “libertar a profunda unidade cultural que permaneceu vivaz sob ilusórias aparências de heterogeneidade” (DIOP:1982:9). O autor diz que continua a buscar em seus trabalhos as condições materiais para “explicar os traços culturais comuns a todos os africanos, desde à vida doméstica à da nação, passando pela superestrutura ideológica, os sucessos, os fracassos e as regressões técnicas” (DIOP:1982:9).

Nesta obra, o autor realiza um estudo comparativo e coloca em polos opostos de análise

uma cultura negra africana e o que ele denomina de cultura nórdica ariana. Assim, opõe duas zonas: a africana e a ariana. Ele diz que “em cada um destes domínios, tão diversificados, procurei desvendar o denominador da cultura africana por oposição à cultura nórdica” (DIOP:1982:10)

É dentro desta iniciativa que Diop se propõe a avaliar a estrutura familiar do que ele coloca como “família africana”, tendo em vista sempre seus pressupostos de uma unidade cultural da África Negra. É com esta proposta de análise que o autor apresenta duas origens distintas de sistemas familiares, uma família africana e uma família ariana, a primeira teria uma origem em um sistema matriarcal e o segundo um sistema patriarcal. Isto resulta em organizações sociais distintas para estas duas sociedades e estes sistemas influenciariam diretamente na forma com que estas sociedades se apresentam hoje.

Assim, a unidade cultural da África Negra teria como base um sistema matriarcal ou matriarcado, que seria compartilhado por todas as sociedades africanas e constituiria um ponto em comum na cultura e um aspecto de reconhecimento de uma “unidade orgânica” (DIOP:1982:9) provinda da família, a unidade mais básica da sociedade. Segundo o autor, “o matriarcado negro está tão vivo em nossos dias como na antiguidade. Nas regiões onde o matriarcado não tem sido alterado por uma influência exterior – como com o Islã ou o Cristianismo – a mulher que transmite integralmente o direito político” (DIOP:1982:230).

Diop faz uma apropriação do conceito de matriarcado, conceito que é provindo de teorias de cunho evolucionista de fins do século XIX por teóricos como Bachofen, Engels e Morgan, que viam o matriarcado como um estágio primitivo de evolução das sociedades ao qual evoluiriam unilinearmente em direção a um sistema mais evoluído, o patriarcado. Diop analisa estes autores e faz a crítica, em parte de seu trabalho, porém utiliza o mesmo conceito, definindo-o como um “regime de matriarcado”. O autor diz:

“O regime do matriarcado propriamente dito se caracteriza pela colaboração e desenvolvimento pleno e harmonioso dos dois sexos, apresentando uma certa preponderância da mulher na sociedade devido às condições econômicas de origem, que, de todas as maneiras, é aceita e inclusive defendida pelos homens” (DIOP:1982:234)

O autor define uma origem familiar matriarcal para as sociedades africanas que seria relacionada estritamente com a prática da agricultura. A família matriarcal africana se caracterizaria pela emancipação da mulher na vida doméstica, pela xenofilia, pelo

cosmopolitismo, por uma espécie de coletivismo social, solidariedade material de direito para cada indivíduo de forma que também teria valores sociais dele decorrentes que seriam o ideal de paz, justiça, bondade, otimismo que elimina qualquer noção de culpa ou de pecado original nas criações religiosas ou metafísicas.

Também contrapõe diametralmente uma origem familiar patriarcal para a Europa, que teria surgido na Grécia e em Roma com sociedades de economia pastoril e nômade. Segundo o autor estes seriam caracterizados pela cidade-estado, xenofobia, individualismo, solidão moral e material, repugnância pela existência e teriam como valores o ideal de guerra, violência, crime, conquistas, herdados da vida nômade, sentimento de pecado original que representa o fundamento dos sistemas religiosos ou metafísicos.

Assim, coloca a África como diametralmente oposta à Europa, criando um discurso que homogeneiza ambos espaços geográficos via uma origem comum a todos os povos que o habitam, o que condicionaria características de organização social, economia e valores que estariam presentes até a atualidade e determinariam modos de se colocar no mundo.

2.3. O DISCURSO DE CHEIKH ANTA DIOP SOBRE O MATRIARCADO E A POSIÇÃO DAS MULHERES NAS SOCIEDADES AFRICANAS

Ao definir o matriarcado desta maneira, Diop é pioneiro em proferir um discurso que coloca as mulheres em um local diferenciado ao qual já estiveram no discurso científico e no discurso político em decorrência do matriarcado. Esta posição importante, segundo Diop, é relacionada com alguns fatores: um deles é a transmissão da herança e o segundo é a influência na economia, o que dá espaço às mulheres da ocupação de posições políticas privilegiadas, que serão analisadas pelo autor a partir dos casos das diversas rainhas africanas que existiram em diferentes sociedades.

O autor trabalha com a ideia de que a base da economia das sociedades antigas da África é a agricultura, elemento que determinaria aspectos culturais que são traçados a partir da análise da unidade básica familiar. Neste sistema agrícola, a união pelo casamento se dava quando o homem se deslocaria para a casa da mulher constituindo a união e subsequentemente, a prole. Relaciona-se o matriarcado com a matrilinearidade, aspecto que determina que a linhagem é

transmitida por via materna: os filhos do casal "pertencem" à família do lado da mãe e o pai é colocado como uma figura secundária com relação aos irmãos da mãe na responsabilidade sobre a criança.

Em conjunto a esse aspecto ao qual a mulher provê a transmissão da herança da linhagem também é observado que em sociedades africanas é corrente a liberdade da mulher em eleger os maridos e do pedido do desquite do compromisso, se assim considerar necessário. Estes são aspectos observados a partir das relações intra-conjugais que fazem parte das características apontadas como pertencentes ao "sistema do matriarcado" e que determinam uma maior liberdade e poder decisório das mulheres.

Decorrente destes aspectos, Diop também apresenta que nesta dinâmica cultural as esposas eram as "senhoras da casa" e "guardiãs da comida": as mulheres tinham um papel primordial de controle da economia destas sociedades africanas pois eram responsáveis pela produção agrícola e sua distribuição na unidade familiar e nos mercados.

Outra marca do sistema matriarcal aparece no âmbito da religião o que é mostrado a partir do elemento da sacralidade da mãe e sua autoridade ilimitada. Nas diferentes formas de expressão das religiões das sociedades africanas é aparente o simbolismo do "espírito da maternidade compartilhada" que é expresso por uma entidade-mãe primordial de um grupo e que a todos os filhos deu a vida e provê a sobrevivência. Também há uma relação da mulher enquanto mãe com a questão da magia e/ou do segredo, elemento presente em diferentes formas religiosas africanas.

O discurso de Diop baseia-se no que observa como o poder que emana da mulher enquanto mãe e que é respaldado por sua função de "dar a vida" e de transmitir a herança, de regular a manutenção da vida através da distribuição dos alimentos e de sua produção, o que vem junto com o elemento de ser detentora de um poder e conhecimento de cunho espiritual (a magia/o segredo).

Com fins de comprovar suas teorias, Diop apresenta em sua obra uma história geral do continente africano enquanto berço do matriarcado - em contraste com a Europa enquanto berço do patriarcado - e das áreas que estes domínios opostos influenciaram - como a Ásia. Então o autor busca comprovar que no espaço africano houveram mulheres que participaram ativamente da vida pública de diferentes sociedades a partir da pesquisa sobre a história de rainhas e guerreiras na antiguidade africana: escreve sobre a Rainha de Sabá e a Rainha Candácea na área da Etiópia, assim como mostra que no Egito houve Hatshepsut, "a primeira rainha da história da

humanidade" e Cleópatra, "a rainha dos reis".

2.4. UM PRECURSOR DE UMA PERSPECTIVA AFROCÊNTRICA DA HISTÓRIA AFRICANA

A obra de Diop constrói um discurso utilizando o conceito de matriarcado na busca de fazer uma atualização deste conceito, cunhado no século XIX por intelectuais europeus que trabalhavam com um paradigma evolucionista social, realizando uma crítica as ideias destes autores e reeditando o matriarcado enquanto uma característica estrutural das sociedades africanas e um elemento de unificação, a partir de uma ideia que as diferentes sociedades africanas possuíam um berço comum ou uma origem única. Dentro das características do matriarcado, para Diop, há um discurso precursor sobre o local em que as mulheres assumem nas diferentes esferas das sociedades africanas.

O discurso de Diop parte de uma perspectiva afrocêntrica que traz consigo uma valorização da história e cultura nascidas e desenvolvidas no continente africano. Este autor foi o precursor ao defender suas teses partindo de uma perspectiva de positivar e disseminar uma história propriamente africana produzida por africanos e será um influenciador nas visões que o precederão.

Segundo Babacar Diop (2015), a obra de Anta Diop representou uma "restauração da consciência histórica africana" (DIOP:2015:93), ou seja, fez o esforço de demonstrar a consciência de que África e os africanos possuem história. Outro representativo autor que argumenta neste sentido é Theophile Obenga, que defende que esse movimento da historiografia suscitou uma "tomada de consciência histórica", o que proporcionou aos africanos a consciência de sua própria história, na busca de empoderamento com fins de modificar as situações que avaliavam como necessárias.

O pensamento de Diop foi base para as construções teóricas e análises sociais propostas por autores que o sucederam dentro da historiografia africana contemporânea. Quando Diop volta para o Senegal na década de 60 passa a formar, na Universidade de Dakar, diversos pesquisadores africanos que dedicam-se a produzir um tipo de história muito inspirado no mestre, o que ajudou a divulgar suas ideias.

Diop também influencia a escolha de objetos de pesquisa na historiografia africana. Pode-se perceber a problematização, por alguns autores de perspectiva afrocêntrica, da questão da autoridade feminina na África e do tipo de leituras que fazem sobre esta questão. Pesquisas retomam e reforçam o conceito de matriarcado, a partir da leitura de Diop, para explicar a questão da autoridade feminina na África.

Autores como Clarke (1984), Van Sertina (1984) e Williams e Finch (1984) publicam “Black Woman in Antiquity”, obra em que está contida uma produção sobre o poder político e social das mulheres na África antiga. Segundo o ponto de vista apresentado em geral, o matriarcado é a mais antiga forma de organização social e as antigas sociedades africanas foram as primeiras matriarcais, leitura que tem relação direta com as perspectivas de Diop.

Junto a esta visão, também há posicionamentos mais críticos com relação às ideias de Diop e que se afastam ou negam a questão do matriarcado. Não cabe aqui fazer uma revisão historiográfica sobre a questão, mas a partir disto pode-se perceber que o discurso de Diop é uma referência para pensar o matriarcado na África e a questão da mulher.

Diop foi precursor de um tipo de discurso sobre o matriarcado e posição que a mulher ocupa tornando possível pensar em sociedades africanas enquanto uma unidade de cultura que subjaz aos diferentes grupos. Esse tipo de discurso é corrente para interpretar a África tanto em uma historiografia afrocêntrica perdurando em autores da historiografia africana contemporânea, como por exemplo, na obra de Ifi Amadiume, que também é influente nas leituras sobre África hoje e nas questões vistas a partir de uma perspectiva feminista africana.

2.5. AMADIUME LÊ DIOP: AFASTAMENTOS CRÍTICOS E APROXIMAÇÕES EM RELAÇÃO A OBRA DE CHEIKH ANTA DIOP

Ifi Amadiume escreve o prefácio da edição inglesa de 1989 (Editora Karnak House) da obra "A Unidade Cultural da África Negra" de Cheikh Anta Diop. Neste texto em que apresenta a obra, ela coloca o quanto sofreu influências das teorias e conceitos desta obra para pensar o seu próprio trabalho sobre os Igbo.

Para além do contexto histórico e político analisado pela autora, Amadiume também faz uma reflexão sobre as escolas de antropologia ao qual Diop teria inserção no momento em que

argumenta sobre uma "unidade cultural orgânica" para todos os africanos. A autora coloca que este era o período da "abordagem orgânica" para analisar as sociedades.

Segundo ela, Diop está basicamente lidando com ideias e não estava preocupado com abstrações acadêmicas, mas em um comprometimento político com o seu continente de origem e as pessoas que lá habitam, buscando reconstruir uma visão da história e da cultura que valorizasse positivamente África em contraposição a séculos de versões arquitetadas pelos europeus e árabes.

Já na obra "Reinventando a África"/"Reinventing Africa", Amadiume faz um diálogo direto com a teoria e metodologia apresentada por Diop em suas análises. A autora mostra que dentro do trabalho de Cheikh Anta Diop há uma perspectiva metodológica que olha para uma macro-história, isto é, ele enfatizou a análise dos reis e rainhas de grandes impérios e olhou apenas para os espaços das cidades e vilas, focalizando mais em sistemas de poder político centralizado. A autora toma uma perspectiva crítica com relação a isso e diz que Diop acabou por ignorar a base dos sistemas sócio-políticos que se propôs a analisar.

Na escolha de analisar apenas os grandes impérios, Diop é criticado pela autora por ter falhado em observar a base econômica de poder destes impérios e a relação entre as cidades que estavam no centro de poder com as pequenas comunidades rurais que os cercavam. Amadiume entende Diop em seu contexto, argumentando que "o processo de descolonização é gradual e progressivo, requerendo vigilância e esforço contínuo" (AMADIUME:1997:13). A autora mostra que Diop:

"tentou mostrar que os africanos também realizaram a construção de grandes impérios - de fato antes da Europa - ele criou uma dicotomia entre Reinos Africanos que são equacionados com as noções de civilizados/destribalizados/internacionais e a sua periferia representada como primitiva/atrasada/sociedades fechadas. Claro que seria absolutamente ingênuo de minha parte chamar Diop de racista pelo uso invertido de termos europeus. Isto seria um chamado para a descolonização da mente africana e para os perigos das palavras brancas e pessoas negras" (AMADIUME:1997:13)

Diop acabou por colocar como secundário em sua análise os espaços das pequenas comunidades africanas, das periferias dos grandes impérios por eles englobados ou não. Por esta razão é criticado com vêemencia pela autora, que tem a leitura de que todo sistema social e político em África tem pequenas comunidades em sua base.

Amadiume profere que os intelectuais africanos pouco se debruçam, pesquisam e constroem uma história social sobre a organização das comunidades e seus sistemas morais/filosóficos. Foi por esse afastamento crítico a perspectivas que precedem sua obra que Amadiume elege como campo de estudos uma pequena comunidade rural Igbo na atual Nigéria, os Nnobi.

O descaso com o estudo destas comunidades que não formaram grandes impérios tem relação com as visões construídas sobre a África por uma produção intelectual europeia. A visão de Amadiume sobre isso é perceptível no momento em que ela coloca que foram as visões etnocêntricas europeias que classificaram estas sociedades como "sociedades sem estado" ou "acéfalas", cuja característica seria "a falta de alguma coisa" (como um rei, estado, ordem ou uma "cabeça) e impediram de ver as dinâmicas próprias destas formações sociais.

Por fim, pode-se dizer que Amadiume também critica a teoria de Diop dos berços do matriarcado e do patriarcado que formam dois sistemas irreduzíveis e orgânicos, o que constrói uma imagem estática e não leva em consideração alguma dinamicidade social. Na visão da autora os princípios do matriarcado e do patriarcado sempre conviveram e são sistemas que coexistem. Porém ela assegura a irreduzibilidade de uma "unidade matricêntrica" como um fato social que rege as sociedades africanas.

3. CAPÍTULO III. O CONCEITO DE MATRIARCADO: O COLONIALISMO E A QUESTÃO DA RAÇA

A terceira parte deste trabalho visa refletir sobre a sequência de conceitos que foram utilizados para explicar as dinâmicas sociais africanas com relação a posição que as mulheres nelas ocupam, buscando ver os deslocamentos do conceito de matriarcado que já foram apontados nos dois primeiros capítulos.

Estas questões não podem ser analisadas dentro deste contexto sem levar em consideração a sua relação com os discursos construídos sobre raça e, de maneira transversal, a questão da etnia, que também fazem parte do projeto político e intelectual de Cheikh Anta Diop, que muito influenciou o pensamento africano posteriormente, como já visto, através da historiografia afrocêntrica e do caso específico da nigeriana Amadiume.

Paralelo a esta reflexão, tal parte do trabalho busca ver os pressupostos teóricos e de metodologia de trabalho que influenciaram o pensamento e produção de Cheikh Anta Diop e que vieram antes dele, procurando fazer uma análise crítica, ao mesmo tempo em que busca as influências em seu constructo teórico e historiográfico, dando ênfase ao que tange o objeto desta pesquisa, o discurso sobre o matriarcado e a posição da mulher nas sociedades africanas.

3.1. OS DESLOCAMENTOS DO CONCEITO DE MATRIARCADO

A partir da análise da obra de Ifi Amadiume (anos 90-2000) e de Cheikh Anta Diop (anos 50-60) pode-se observar que houveram continuidades mas também deslocamentos com relação à colocação de significado do conceito de matriarcado e a criação de outros conceitos adjacentes, como o de unidade matricêntrica, com vista a aprofundar a compreensão sobre a questão da mulher nas sociedades africanas, refletindo sobre as relações de gênero e sobre a questão da autoridade política feminina presente em África.

Neste ensejo, ao fazer o estudo locando em paralelo a obra de Amadiume e Diop, pode-se notar, inspirado na Arqueologia de Michel Foucault, que os conceitos sofrem deslocamentos de significados, para além das continuidades. Na Arqueologia do Saber, o autor mostra que ao longo do tempo os conceitos não se sistematizam formando uma linha única, ou seja, contínua e hamônica. Os conceitos sofrem deslocamentos de significados e podem ser analisados dentro do

discurso a partir dos procedimentos de intervenção que recebem.

Com base nestas questões, pode-se identificar nas leituras de Amadiume sobre o conceito de matriarcado de Diop, uma nova delimitação do conceito, pois houve uma mudança do olhar: Diop olhava para uma história de grandes civilizações e Amadiume passa a analisar as dinâmicas das comunidades menores e locais.

Há o deslocamento de pensar uma "unidade cultural africana" que tem uma "base matriarcal", que para Diop é calcada em uma origem no Egito Antigo, em direção a uma nova perspectiva, construída por Amadiume, a qual está baseada em sua observação de um microcosmo, que toma significado pelo conceito de "unidade matricêntrica", o qual define uma cultura matriarcal comum que está na base de todas as comunidades em África, sendo compartilhada por todas as sociedades africanas como elemento estrutural.

Uma nova delimitação metodológica que parte de um olhar provindo de outro contexto histórico e traz novas perguntas propõe uma reescrita do mesmo conceito, com busca de refinar a exatidão dos resultados da pesquisa tendo como base a observação etnológica.

A obra de Diop e a forma com que usa o conceito de matriarcado também representa um deslocamento deste mesmo com relação a um uso que precede a ele. A utilização deste conceito pelo autor foi uma escolha, mais ou menos consciente - e isto cabe ser debatido - do mesmo conceito que era usado pela ciência social produzida na Europa quando descrevia os povos de suas colônias.

Desta forma, o conceito de matriarcado é projetado sobre as interpretações de alguns dos sistemas políticos africanos ao longo do século XX nas análises dos antropólogos coloniais. Estes observaram algumas situações às quais a posição que a mulher ocupa na sociedade era proeminente e logo classificaram a partir das lentes teóricas que possuíam, vendo um sistema denominado de matriarcado.

Em decorrência disto, ao mesmo tempo em que simplificavam a observação empírica dos grupos africanos através da classificação rápida em um conceito pré-determinado também justificavam cientificamente a exploração e missão civilizadora de países europeus, consideradas as especificidades de cada política colonial, no continente africano pela sua classificação em sociedades matriarcais, logo, primitivas e necessariamente passíveis de sua missão civilizadora.

Esta perspectiva é calcada em teorias provindas de intelectuais europeus que produziram obras dentro de uma perspectiva evolucionista social. Autores como Bachofen (1861/1967),

Morgan (1877) e Engels (1884/1970) trabalham com o conceito de matriarcado como um sistema político ao qual as mulheres dominavam e possuíam autoridade política. Nesta perspectiva, o matriarcado era visto como a forma primordial de organização social de grupos humanos, isto é, este sistema era o estágio mais primitivo da sociedade. Portanto, o matriarcado é um conceito que nasce no século XIX como uma construção teórica e um modelo explicativo dentro de um paradigma evolucionista social pouco baseado em análises de casos concretos.

Tendo em vista a presença do conceito de matriarcado nas obras da antropologia colonial e nas de Diop e Amadiume, estes últimos buscaram uma ruptura e crítica ao colonialismo ao mesmo tempo que se utilizavam dos mesmos termos explicativos. A partir desta constatação é necessário refletir as influências das perspectivas científicas do colonialismo sobre o pensamento africano. Uma das principais referências sobre esta questão é a reflexão de V.Y. Mudimbe. Este autor, nas obras "A Ideia de África" (2013) e "A Invenção de África" (2013) mostra, inspirado em uma leitura foucaultiana, as camadas discursivas que construíram as visões sobre "África".

Mudimbe (2013) apresenta os escritos que contribuíram para a construção de uma "invenção da África", ideia cunhada pelo autor, e argumenta que os europeus, durante o período colonial, produziram e legaram uma série de textos que registraram suas impressões sobre a África e os africanos. Esse conjunto de escritos foi cunhado de "biblioteca colonial", caracterizada por ser essencialmente eurocêntrica e eurófona, em sua busca de produzir um esquema enraizado no saber e no poder colonialista. Tais pronunciam um discurso que produziram representações sobre África.

O autor mostra que esta Biblioteca Colonial influenciou as formas de pensar a África não só fora do continente mas também no conhecimento produzido por Africanos. Segundo Mudimbe (2013), "a história do conhecimento em África e sobre África parece deformada e dispersa e a explicação reside na sua própria origem e evolução" (MUDIMBE:2013:218). Tendo isto em vista, o autor demonstra o conjunto de conhecimentos sobre África cujas raízes remontam aos períodos grego e romano indicando que o discurso aponta para uma incompletude e perspectivas inerentemente preconceituosas que foram reproduzidas, segundo o autor, até a primeira metade do século XX e só foram rompidas na década de 1950.

É interessante notar no texto de Mudimbe "O poder do paradigma grego" (MUDIMBE:2013:103) como é mostrado a influência de ideias presentes nos textos gregos sobre África que vão sendo reproduzidas ao longo do tempo nos discursos sobre África. O autor

analisa, como relação às mulheres, a maneira com que os textos gregos e romanos inscreveram a imagem de mulheres guerreiras, com poder de mando e opressão, segundo as fontes "raças de mulheres belicosas e admiradas pelo seu vigor másculo" (MUDIMBE:2013:119), o que se coloca diametralmente em contraposição a ordem grega da pólis, que na sua forma clássica, excluía as mulheres.

Esta visão do mundo ocidental antigo clássico sobre África é reproduzido pelos discursos produzidos por uma antropologia colonial, que traz influências de pensadores clássicos para pensar a alteridade e as culturas diferentes das ocidentais. Estas visões são um contínuo dentro do que constitui a biblioteca colonial.

Mudimbe (2013) aponta que as tentativas de rupturas com esta visão sobre África emergem em 1950 com o conceito de "história africana" o que assinala uma transformação radical das narrativas antropológicas pois "um novo tipo de discurso valoriza a dimensão diacrônica como parte do conhecimento sobre culturas africanas e incentiva novas representações dos 'nativos', que eram previamente um mero objeto da historicidade europeia" (MUDIMBE:2013:220).

Estas iniciativas de produção historiográfica sobre África produzem um novo conhecimento. Porém, Mudimbe mostra que estes novos textos e seus símbolos "não destroem completamente a relevância da biblioteca colonial nem o idealismo dos defensores da alteridade." (MUDIMBE:2013:224). O autor argumenta que a melhor ilustração e mais excessiva é a obra de Cheikh Anta Diop que produziu uma "africanização do difusionismo".

A partir deste escopo teórico de Mudimbe e da ideia de biblioteca colonial pode-se pensar como o conceito de matriarcado está presente na antropologia colonial e a forma com que é apropriado por autores como Diop e Amadiume. Esta reflexão será feita a partir de um estudo de um caso dentro da antropologia colonial produzida no espaço da Senegâmbia, pensando a colônia de Portugal, Guiné Portuguesa atual Guiné-Bissau e sua relação com a colônia francesa, Senegal, da qual Diop é oriundo.

3.2. O MATRIARCADO NA VISÃO DE UM TIPO DE ANTROPOLOGIA COLONIAL: UM CASO PARA ANÁLISE

Já na década de 1930 há fontes que registram que o conceito de matriarcado foi projetado

para explicar o funcionamento de sociedades africanas específicas na visão de antropólogos. Para a região da costa ocidental africana, mais especificamente na antiga região da Senegâmbia, que atualmente compreende a região do Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacry, Guiné-Bissau e Serra Leoa, há relatos de um viajante austríaco, antropólogo e fotógrafo, Hugo Bernatzik, que visitou a região das ilhas da atual Guiné-Bissau, antiga Guiné Portuguesa, denominadas Bijagós, e foi o primeiro a retratar a sociedade insular como matriarcal.

Bernatzik esteve entre as Ilhas em 1933 e publica a obra “Aetiopen des Westens”. Obra com caráter de um diário de viagem na qual o autor faz um relato das características culturais que observa entre os Bijagó, ressaltando as diferenças de modos de organização para cada ilha. O austríaco viaja entre as ilhas logo após as “guerras de pacificação” dos Portugueses na colônia. Cabe ressaltar que os Bijagó foram um dos povos que mais ofereceram resistência à dominação portuguesa e foram um dos últimos a serem efetivamente dominado.

Dentre os diversos aspetos da cultura das diferentes ilhas que o autor trata na obra, Bernatzik relata o desmantelamento das formas de organização tradicional dos Bijagós pelas altas cobranças de impostos pelos portugueses e fala sobre a memória do período de resistência à dominação, em especial pela narrativa dos feitos da Rainha Pampa da Ilha de Orango Grande.

O autor apresenta que entre os Bijagós da Ilha de Orango Grande haveria um regime de matriarcado no qual as mulheres exerceriam a autoridade política e também teriam um grande protagonismo na vida social e familiar: as mulheres que escolhiam os maridos, optariam por um possível divórcio, seriam chefes da linhagem e seriam responsáveis pela manutenção da vida doméstica. Este autor utiliza o conceito de matriarcado em uma perspectiva de que este seria o inverso do patriarcado, sistema ao qual os homens dominariam e as mulheres seriam oprimidas.

Tal obra é precursora em um debate que vai ocorrer uma década depois, dentro da antropologia colonial portuguesa produzida na colônia, sobre a mesma questão. A discussão aberta em 1946 gira em torno da existência de um suposto regime do matriarcado entre os Ilhéus, alvo de um “Inquérito Etnográfico” que abre um debate protagonizado na década de 40 pelos administradores-etnólogos do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa Mendes Moreira, José Augusto de Santos Lima e Avelino Teixeira da Mota.

A polêmica é iniciada com a primeira publicação feita pelo administrador-etnólogo português Mendes Moreira. Em 1946, Moreira escreve um texto publicado nos Boletins Culturais da Guiné Portuguesa no qual defende a existência de um regime de matriarcado entre os Bijagó,

sistema político em que as mulheres dominariam os homens. O autor coloca que entre os Bijagó prevaleceria um regime do matriarcado. Segundo ele, “sob o ponto de vista social e político, a mulher assume por vezes proporções verdadeiramente augustas, pois não raras vezes tem sido elevado a realeza” (MOREIRA:1946:100)

Moreira apresenta que este regime do matriarcado seria decorrente da existência da poliandria, isto é, esta sociedade teria um regime matriarcal pois haveria a necessidade de transmissão da linhagem por via uterina (matrilinear) por conta da liberdade sexual que as mulheres teriam e da impossibilidade da certeza de saber a paternidade dos filhos. O autor cita o antropólogo Morgan (1877) para classificar os Bijagós em “estado de barbárie” o que dentro do paradigma do evolucionismo social justifica este “regime de matriarcado”, pois que, segundo esta escola antropológica, este sistema político seria um estágio da organização social dos povos primitivos que em sua evolução nos diversos estágios evoluiria posteriormente para o patriarcado.

Já em 1947, outro administrador-etnólogo português, José Augusto de Santos Lima publica um estudo de maior volume denominado “Organização social e econômica dos Bijagó” e também publica nos Boletins Culturais da Guiné Portuguesa um texto denominado “Bijagós e o Regime de Matriarcado”. Dentre os diversos temas que trabalha a respeito da sociedade Bijagó, o autor dedica uma parte de sua obra para defender que entre os Bijagó “não há nem nunca houve rainhas”. Lima argumenta que essas seriam “pseudo-rainhas”, isto é, seriam sacerdotisas (as Okinkas) que assumiriam nos interregnos da morte dos reis, tuteladas por um conselho dos grandes, e seriam responsáveis pelo processo de eleição do sucessor.

O autor se contrapõe diretamente aos argumentos de Mendes Moreira a respeito de um matriarcado entre os Bijagós e argumenta que a transmissão da linhagem por via matrilinear somente interessa para definir a geração do indivíduo e que este elemento não dá mais liberdade à mulher. Lima descreve o homem Bijagó como polígamo e rebate a poliandria apresentada por Moreira, buscando argumentar que entre os Bijagó haveria a sujeição da mulher pelo homem.

Logo em seguida, Avelino Teixeira da Mota aquece o debate e publica em 1947 nos Boletins Culturais da Guiné Portuguesa um comentário à obra de Lima. O autor se coloca de acordo com os argumentos apresentados na obra “Organização social e econômica dos Bijagós” e coloca-se em contraposição aos argumentos presentes no texto de Mendes Moreira. Teixeira da Mota enfatiza que as mulheres que foram designadas como rainhas dos Bijagós, figuras de um suposto regime de matriarcado, seriam apenas figuras religiosas, sacerdotisas escolhidas pelo rei

para o cargo. O autor revela a importância deste cargo para os Bijagó e diz que este envolveria sacrifício, renúncia e clausura que “só uma mulher poderia exercer”, argumentando que a força do homem bijagó estaria em designar este pesado cargo para as mulheres.

O debate sobre o matriarcado entre os Bijagós dentro da Antropologia Colonial Portuguesa apresenta suas especificidades no contexto que é produzido e não cabe neste trabalho analisá-lo em pormenores. O que este debate da década de 40 mostra é uma apropriação da antropologia colonial, em um caso específico que poderia ser ampliado para outros contextos, do conceito de matriarcado provindo de uma visão cunhada em fins do século XIX e disseminada para interpretar a questão da posição da mulher nas sociedades africanas e as dinâmicas sociais disso decorrentes.

3.3. OS DESLOCAMENTOS DO CONCEITO DE MATRIARCADO: AS PERSPECTIVAS DA ANTROPOLOGIA COLONIAL E AS LEITURAS DE CHEIKH ANTA DIOP

Foi possível ver que há deslocamentos do conceito e disputas entre os antropólogos coloniais, que ajudam a disseminar o matriarcado enquanto conceito interpretativo ao observar a África. A partir disto, também foi possível observar as aproximações e deslocamentos do uso do mesmo conceito feito, uma década depois, por Cheikh Anta Diop, que nascido na região do Senegal, era conhecedor das dinâmicas sociais e culturais dos povos da região da antiga Senegâmbia.

Pode-se apontar também para aproximações dos lugares em que estas duas linhas de produção de discurso científico: o discurso colonial português produzido na colônia dentro do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, fundado em 1946, teve grandes aproximações intelectuais desde esta data com a colônia francesa vizinha, o Senegal e o seu IFAN (Institut Français d’Afrique Noire), que foi fundado em 1938.

Tal relação é demonstrada na obra escrita pelo antropólogo português Mendes Correa, "Uma Jornada Científica na Guiné Portuguesa", publicada em 1946. Tal obra é um relato de uma viagem realizada por ele e seu séquito em 1945 para o Senegal, colônia francesa e a Guiné Portuguesa. Mendes Correa relata que realizou esta viagem com o intuito de projetar a fundação

do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, o que foi efetivado um ano após a sua viagem. Antes de chegar em Bolama e Bissau, Mendes Correa e seu séquito desembarcam em Dakar, no Senegal e realizam contatos com o IFAN e com sua diretoria, sendo recebidos amistosamente por Theodore Monod, diretor do Instituto na época.

Mendes Correa relata:

"Era, porém, do maior interesse um contato direto entre os nossos meios científicos e o Instituto de Dakar. Assim o entenderam o ilustre Ministro das Colônias e a Junta de Investigações Coloniais. Eis a razão da nossa visita ali."
(CORREA:1946:32)

A partir do estudo desta fonte pode-se concluir que o projeto da criação de um Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, de um Boletim de divulgação dos trabalhos realizados por esta instituição e de um Museu da Colônia foram explicitamente baseados nas iniciativas francesas da colônia vizinha, o Senegal. Também pode-se ver a partir desta fonte que foi essa viagem que iniciou uma série de relações cordiais entre os intelectuais do Instituto Francês e do Centro de Estudos Português. A culminância destas trocas institucionais pode ser percebida nas Conferências dos Africanistas Ocidentais programadas e executadas por estes dois institutos com vista a congregar os estudiosos europeus que pesquisam África.

Cheikh Anta Diop tem relações intelectuais com o IFAN na época em que estava na França, ou seja, durante a década de 1950. Estas relações são apresentadas pelo próprio Diop no prefácio de sua obra "Unidade Cultural da África Negra" em que relata várias viagens para o Senegal com o intuito de proferir palestras disseminando suas ideias e realizando intercâmbios intelectuais com os integrantes do IFAN.

Tendo em vista esta relação entre Diop, o IFAN e transversalmente o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, pode-se inquirir sobre a relação entre as perspectivas destes três locais de produção do conhecimento sobre África e construção das visões sobre o matriarcado.

Tendo a reflexão sobre o matriarcado em vista, percebe-se que a antropologia colonial portuguesa produzida no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa apresenta-o enquanto um regime ou sistema em que as mulheres dominariam em contraposição ao sistema patriarcal que seria o sistema em que os homens dominariam. Nesta perspectiva há uma "guerra" entre os dois polos, o masculino e o feminino, e necessariamente há uma dominação de um lado sobre o outro.

Justaposto a esta questão está leitura do dado da matrilinearidade nas sociedades africanas que estaria justaposto à questão do matriarcado, que seria um estágio primitivo da evolução das sociedades.

Com relação a produção dos intelectuais do IFAN sobre o matriarcado, que pode ser observada em seu periódico próprio, o “Bulletin de l'IFAN”, ao vasculhar todos os títulos dos trabalhos publicados neste boletim durante o período de 1930-1960 não há trabalhos específicos sobre a questão do matriarcado no espaço que abrange o Senegal. Porém, o matriarcado aparece transversalmente enquanto um conceito explicativo para algumas sociedades da região do Senegal, como os Serere, Wolof ou Bassari. Tal dado mostra uma área de estudos que ainda é pouco explorada.

Tendo em vista as relações entre estas duas instituições coloniais e as suas perspectivas de pesquisa, pode-se dizer, em um terceiro plano que o trabalho de Diop lança-se propositalmente a uma crítica direta às leituras coloniais a respeito de África e em sua argumentação coloca que o matriarcado não é universal, isto é, não é um estágio da evolução das sociedades: o matriarcado se constitui ao mesmo tempo que o patriarcado porém em um local de origem, ou "berço", distinto: o matriarcado teria surgido na África e o patriarcado na Europa.

Esta posição combativa é relacionada com a formação de Diop e com o contexto ao qual está inserido. Pode-se ver que Diop utiliza dos mesmos conceitos cunhados pelo pensamento europeu, o de matriarcado e patriarcado, reescrevendo as suas descrições em um novo quadro: o autor coloca a Europa como diametralmente oposta à África, em suas características culturais e organização social e econômica, em um pensamento que pensa as origens e sua influência nas configurações atuais da sociedade, buscando uma postura de valorização de África em detrimento da Europa, em uma inversão do discurso valorativo europeu que o precede.

Com relação a posição que a mulher ocupa nas sociedades africanas, o discurso sobre o matriarcado em África produzido pela Europa observa as mulheres ocupando posições de autoridade política e mando nas sociedades do continente africano. Porém, é corrente a colocação de valores negativos com relação a estas mulheres e seus comportamentos. Tal pode ser observado na questão da discussão entre os antropólogos-coloniais portugueses no caso dos Bijagós, que relacionam diretamente o matriarcado, a matrilinearidade e a poliandria, ressaltando o fato de que as mulheres que elegem seus parceiros e tem a possibilidade de possuírem vários companheiros ao longo da vida são moralmente promíscuas. Decorrente disto, há um discurso

que constrói uma imagem da promiscuidade sexual enquanto característica de sociedades africanas, carregando os juízos morais ocidentais com relação a mulher.

Já Cheikh Anta Diop, africano pioneiro ao tratar academicamente destas questões relacionadas às mulheres, apesar de sua formação ocidental e islamizada, assume que em seu conceito de matriarcado que há uma maior simetria entre as posições do feminino e do masculino, propondo um desenvolvimento pleno e harmonioso entre os dois sexos. Porém, no matriarcado haveria uma preponderância da mulher nas decisões coletivas, o que seria aceito e defendido inclusive pelos homens.

Amadiume (1997) mostra em sua obra o quanto Diop foi o precursor em reconhecer a questão da posição em que as mulheres ocupam enquanto autoridade em diversas sociedades africanas, o que não era levado em consideração ou era invisibilizado por outras leituras, principalmente as europeias.

Diop abriu um campo de possibilidades para os pesquisadores que se debruçaram mais a fundo sobre as personalidades e também puderam aprofundar as pesquisas sobre a questão da autoridade política feminina, apontando para a questão do poder partilhado entre homens e mulheres, como o caso do denominado "dual-sex politics" trabalhado por Kamene Okonjo e após por Ifi Amadiume e Oyeronke Oyewumi. Porém, pode-se dizer que este autor também é influenciado por perspectivas da biblioteca colonial.

3.4. MATRIARCADO: A QUESTÃO DA RAÇA E DA ETNIA EM CHEIKH ANTA DIOP

O matriarcado na obra de Diop não pode ser pensado sem problematizar sua relação com o conceito de raça utilizado pelo autor, o que embasa a ideia de uma "unidade cultural africana" e do matriarcado enquanto berço da cultura africana, determinador de valores propriamente africanos. Este discurso se relaciona com a proposta de um projeto de construção de uma nova identidade africana pelos próprios africanos nos movimentos de libertação nacional e de descolonização.

Este trabalho leva em consideração a abrangência e complexidade dos processos de independências, libertações nacionais e descolonização ocorridos na África ao longo do século XX. Não seria possível uma visão total destes processos e das especificidades de cada local que

travou suas lutas descoloniais. Este trabalho também leva em consideração de que Cheikh Anta Diop se envolveu ativamente nestas lutas, influenciando e sendo influenciado. É perceptível que Diop teve uma inserção no movimento pan-africano, linha de pensamento que se constituiu na diáspora e é anterior a atuação do autor, e que possui sua historicidade própria. Diversos trabalhos mostram a relação deste homem com o pan-africanismo e também com a negritude.

Assim, pode-se dizer que houve uma inserção de Diop nestes movimentos ao mesmo tempo em que houve uma apropriação do pensamento pan-africano da obra de Cheikh Anta Diop, quando este se propôs a pensar uma grandiosidade do passado comum africano que se unia através do pertencimento a uma "raça negra" e que elege o Egito Antigo, corrente como símbolo da origem da civilização, por uma historiografia tradicional europeia, como local de emergência desta raça e, conseqüentemente, da humanidade.

O autor foi pioneiro em fazer a articulação do Antigo Egito e da Civilização Egípcia com a "raça negra" e trouxe a importância do que representava a antiguidade clássica para a historiografia, repousando-a sobre o continente africano e seu passado. Em sua obra, o Egito é local de origem reivindicada por uma unidade dos povos africanos que teria uma origem negra.

Pode-se perceber que Diop, por ser instrumentalizado pelos pressupostos da ciência ocidental, constrói o seu discurso realizando uma operação de inversão de sentido do discurso do europeu, colocando a África no mesmo patamar civilizatório que a Europa ocupa no discurso eurocêntrico, como o berço da civilização, pensando todo a sua construção de conhecimento e argumentações a respeito do Egito Antigo Negro tendo o mesmo lugar para África que a Grécia teria para a Europa.

Ao colocar um novo significado para o passado e origem africana, o que denotava o mesmo que negro, Diop retira o peso do discurso de um passado de barbárie e primitivismo e coloca-o no epicentro de uma grande civilização reconhecida pela historiografia. Desta forma, ser negro significava ser herdeiro de uma grande civilização reconhecida no mundo ocidental, que criou ciência, filosofia e teve grande desenvolvimento cultural e que influenciou o desenvolvimento de civilizações brancas, como a Grega e Romana.

Diop coloca o significado de "ser negro" através de uma análise biológica: o povo que deu origem aos egípcios antigos seria negro, teria feições características e pele escura. O autor opta por uma perspectiva que é mostrada como "muito cientificista" pois utiliza-se de pressupostos da antropologia física, como a antropometria - que classifica os seres humanos em raças de acordo

com suas características biológicas - para realizar as medições de crânios de múmias e argumentar a origem negra do Egito Antigo.

Em seu trabalho são contidos diversos estudos de diferentes áreas. Há estudos biológicos, que medem questões como a dosagem de melanina, medidas osteológicas e grupos sanguíneos, buscando sempre uma base científica reconhecida na época para argumentar sua teoria. Também há estudos que se baseiam na linguística e no uso de registros escritos reconhecidos pela ciência corrente da época. Diop separa algumas personalidades, entre gregos e romanos, que possuem registros afirmando que os Egípcios eram negros.

Dessa forma, o discurso do autor pressupõe uma origem comum e uma coletividade, informando a partir disso, uma homogeneidade de cultura, ou seja, uma "unidade cultural africana" e "negra". Conseqüentemente, é a partir da inversão dos pressupostos e da forma de valorizar construídos durante décadas por uma ciência europeia que Diop constrói a sua obra, com vista a "redescobrir o verdadeiro passado dos povos africanos" (DIOP:1983:70). Então, este reconhecimento visa "contribuir para uni-los, todos e cada um, estreitando os seus laços de norte a sul do continente, permitindo-lhes realizar, juntos, uma nova missão histórica para o bem da humanidade". (DIOP:1983:70)

Tendo isto em vista e pensando no que tange a análise deste trabalho, pode-se dizer que a obra do autor é influenciadora de um pensamento sobre África pelos africanos que traça uma perspectiva que ainda homogeneiza as especificidades das diferentes culturas africanas sob a égide de uma ideia única ou de uma unidade africana, o que também pode ser percebido nesta análise relativo ao conceito de matriarcado enquanto um berço comum para a África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de compreender mais profundamente os discursos produzidos sobre o papel da mulher no continente africano, este trabalho teve como objeto investigativo um tipo de discurso que produz uma interpretação sobre a questão. Esta construção discursiva utiliza-se do conceito de matriarcado para pensar a inserção da mulher e seu papel nas sociedades.

O conceito de matriarcado pensado no contexto africano atravessa as produções científicas por mais de um século, pensando que as primeiras produções intelectuais e os primeiros discursos sobre as sociedades habitantes de África foram feitas por europeus em um contexto de colonização, com um paradigma antropológico que era associado com o projeto colonizador europeu pós Conferência de Berlim e após, com interpretações provindas de africanos que vieram a questionar as interpretações científicas produzidas nesta linha e reciclaram este mesmo conceito para interpretar dinâmicas internas do continente africano.

Com isto em vista, este trabalho mostrou, a partir de dois intelectuais africanos, Cheikh Anta Diop e Ifi Amadiume, como este conceito foi apropriado para interpretar e explicar dinâmicas internas africanas associadas ao papel que a mulher assume na sociedade, política e economia, apresentando-se como peça essencial na estrutura social.

A partir das escolhas de fontes e objetos deste trabalho, uma das reflexões suscitadas leva ao questionamento de quem está mais autorizado e/ou apto a falar sobre o continente africano e suas dinâmicas culturais internas. Buscando pensar esta questão a partir do objeto de pesquisa deste trabalho, é interessante observar o que Jimi Adesina (2010) argui, ao analisar os discursos contemporâneos africanos sobre a questão de gênero. Ele apresenta a obra de duas autoras africanas que foram inovadoras em suas ideias ao refletir sobre gênero e mulher na África: Ifi Amadiume e Oyeronké Oyewumi. Ele defende que estas duas autoras são exemplos de endogeneidade na academia que produziram rupturas epistêmicas nos discursos que versam sobre as questões de gênero.

Pensando nesta endogeneidade, ou conhecimento endógeno, qual seja, o conhecimento de africanos produzido sobre a África, Paulin Hontondji faz uma reflexão, que é bastante referida, acerca da questão. Dentro desta linha de pensamento há a busca por uma perspectiva endógena do conhecimento sobre África, o que significa a percepção das dinâmicas próprias do continente a partir de uma visão interna. Pensando assim, a nível do discurso, pretende-se que a fala sobre

África seja pronunciada pelos próprios africanos. Sobre isso, Paulin Hountondji (2008) faz uma reflexão em que analisa o “conhecimento de África” e o “conhecimento de africanos”. O autor defende que "as sociedades africanas devem elas próprias apropriar-se ativa, lúcida e responsabilmente por elas capitalizada durante séculos" (HOUNTONDJI:2008:149) na busca de uma atividade científica autônoma e autoconfiante.

Os autores aqui analisados convergem com a perspectiva da busca por um conhecimento interno sobre África. Amadiume apresenta que a perspectiva africana sobre África abre possibilidades de uma compreensão mais profunda de dinâmicas internas que na maioria das vezes não são perceptíveis aos olhares de um ocidental. Ela argumenta que foi Diop, por ser um africano, o primeiro a perceber e apresentar em uma obra acadêmica a posição de autoridade que as mulheres ocupam nas sociedades africanas e a partilha de poder e espaços entre o homem e a mulher. Diop também coloca na introdução da obra "Unidade Cultural da África Negra" que o investigador africano é mais privilegiado do que os outros e está mais próximo de perceber as dinâmicas internas das sociedades das quais o mesmo está inserido.

Esse aprofundamento das pesquisas sobre África com a qualificação dos dados apresentados e perspectivas de análise pode ser percebido pelo projeto “História Geral da África”, o qual compilou grandes volumes, que divulgou de forma ampla e qualificada uma perspectiva sobre a história africana que valorizasse a visão dos africanos sobre o continente.

Barbosa (2012) analisa o processo de construção das obras, financiadas pela UNESCO, do qual Cheikh Anta Diop teve participação ativa. Para o Barbosa (2012), houve a construção de uma “perspectiva africana” neste projeto que teve como preocupações centrais a organização de fontes para produção de conhecimento histórico qualificado sobre África, uma síntese do conhecimento já produzido e a construção de uma história que superasse os preconceitos colonialistas sobre o continente e mostrasse em uma visão que abarca a totalidade do continente e suas relações inter-regionais as contribuições das sociedades, civilizações, instituições, tradição e arte africana.

Ao refletir sobre estas importantes produções africanas sobre África, ou seja, o pensamento africano sobre África, a partir da construção do trabalho aqui apresentado pode-se pensar que realmente os discursos de africanos com vista a explicar dinâmicas internas das sociedades africanas apresentam rupturas epistemológicas e uma compreensão mais profunda de aspectos sociais e culturais.

Sobre o conceito de matriarcado, por mais criticável e criticado que seja o uso do mesmo, pois provindo de uma visão europeia, colonialista e evolucionista, os novos sentidos que este conceito foi tomando no discurso de africanos mostra um aprofundamento da compreensão das dinâmicas internas das sociedades em África, apesar do fato de terem construído uma visão que essencializa as sociedades africanas mais diversas e as homogeneiza.

Tendo isto em vista, também é necessário dizer que não há uma relação direta entre a "veracidade" ou "verdade" sobre as sociedades africanas com a produção dos africanos sobre África. É preciso fazer a crítica necessária a estas visões a partir do contexto que são produzidos e dos projetos políticos e ativismos que se engajam.

Este trabalho mostrou um caso que é a obra de Cheikh Anta Diop, o qual produziu uma pesquisa e um discurso acadêmico, utilizando todos os pressupostos científicos de sua época, e que estava filiado a um projeto político das lutas de libertações nacionais e descolonização de África, assim como o projeto do pan-africanismo. Tal muito influenciou e foi influenciado pelo pensamento de uma unidade cultural africana, a qual a visão de matriarcado como base da cultura se insere.

A obra de Diop construiu uma perspectiva de valorização de África que disseminou um discurso da unidade da África Negra, relacionado ao conceito de nação negra e raça negra, que criou uma perspectiva de essencialização do continente, não levando em consideração ou analisando em pormenores as diferenças internas. Diop foi um intelectual que formou outros intelectuais africanos e muito influenciou o pensamento africano sobre África e sua história, de maneira que estas perspectivas foram se reproduzindo em outros trabalhos de Africanos, com mais ou menos crítica.

Hoje é muito criticado pelos cientistas sociais que se debruçam sobre África, tanto originários de África quanto os observadores externos, a perspectiva que não leva em consideração a diversidade, de "ver a África como um país", com uma unidade de cultura, que não leva em conta as diferenças étnicas e culturais. Critica-se que foi uma visão externa sobre o continente que produziu esta perspectiva, porém vemos, a partir deste trabalho, que há visões internas que também produzem um discurso nesta perspectiva e idealizam um passado africano.

Apesar das críticas, também deve-se pensar na importância da obra de Cheikh Anta Diop, e por isso seu reconhecimento na produção intelectual africana, pois este homem lançou uma nova visão sobre a história da África que abriu as portas e formou pensadores africanos de uma

nova geração que aprofundaram as visões sobre o continente, tanto seguindo suas ideias quanto criticando-as.

Com relação ao objeto de estudo desta pesquisa, que pensa o conceito de matriarcado, pode-se ver que foi a partir das diversas leituras de tal que foi possível abrir novas perspectivas críticas. E, ao acompanhar este processo, novas visões sobre a questão da mulher na África foram cunhadas. Pode-se pensar em algumas reflexões e exemplos que seguem.

Em todo este trabalho utilizou-se a categoria "mulher" sem problematizá-la, sem pensar quem são essas mulheres - se são perpassadas por outras questões, como raça, classe, grupo étnico, etc. Isto decorre de que este trabalho tem como fonte e analisa um discurso que essencializa a categoria "mulher", não problematizando a questão. Há que se ter em vista, com as reflexões supracitadas consideradas, que os discursos que homogeneizam a África foram pedra fundamental para haver a crítica a essa essencialização do termo mulher.

Um exemplo é o trabalho da nigeriana Oyewumi (1997) que produziu trabalhos e interpretações as quais foram contra a essencialização do termo mulher e também mostraram que o gênero, em certas sociedades africanas, não está correlacionado ao sexo. Também em Amadiume (1987) esta questão está em pauta, na obra em que reflete sobre a existência das filhas-masculinas e dos esposos-femininos.

Foi também em crítica às visões essencializadoras de África que autores aprofundam a visão sobre a questão da autoridade política feminina em África. Neste âmbito, percebeu-se o problema dos conceitos e das terminologias, vendo a necessidade de desenvolver diferentes termos, pois somente conseguir-se-á o tão proferido afastamento da tradição europeia ao olhar a África com o desenvolvimento de uma "nova linguagem" para descrever os processos que envolvem questões culturais e históricas.

Como um exemplo de proposta, há o trabalho de Takikuh Farrar (1997), que aponta que para efetivamente pensar a autoridade política feminina na África e seu status social é preciso ajustar o foco, fazendo outras perguntas e observando elementos diferentes. Isso vai de acordo com a reflexão já citada de Hountondji (2008), que em sua crítica à produção de conhecimento na África pelos africanos, defende que é necessário "formular problemáticas originais, conjuntos originais de problemas estribados numa sólida apropriação do legado intelectual internacional e profundamente enraizados na experiência africana" (HOUNTONDJI:2008:158).

Estas novas visões abrem e aprofundam a perspectiva de que as múltiplas sociedades

africanas possuem sua forma de organização social e que seu estudo de caso, em minúcia, devem revelar essa multiplicidade e as diversas possibilidades que cada sociedade se organiza, percebendo o continente africano como “historicamente composto” e vendo que há “algumas relativamente distintas comunidades de cultura, as quais, por alguns séculos, não existiram em isolamento, mas interagiam umas com as outras, compartilhando elementos culturais” (FARRAR:1997:592).

Assim, para nos aproximar de África, enquanto observadores externos, a partir das fontes que são disponíveis para o trabalho do historiador que pensa sobre este objeto de pesquisa é fundamental levar em consideração a visão de africanos sobre o continente, fazendo a devida crítica e observando os contextos de produção da reflexão de africanos sobre África, percebendo os dados de endogeneidade do olhar que estas obras trazem em seu escopo.

Por fim, uma outra reflexão e possibilidades de análise que este trabalho suscitou foi pensar sobre os discursos que são produzidos sobre a mulher africana e as questões de gênero para o espaço africano. Na perspectiva histórica que este trabalho apresentou, pode-se perceber que os discursos e visões sobre a mulher e sua relação com o homem em interpretações sobre sociedades africanas são bastante variadas. Nas primeiras perspectivas produzidas sobre África, dentro da corrente que Lopes (1995) apresentou como "Inferioridade Africana", ou seja, as primeiras visões registradas pelos europeus colonizadores produziram uma visão masculina, colonizadora, perpassada pelos valores preconceituosos de gênero, que pouco compreenderam as dinâmicas internas africanas.

Em um segundo âmbito, há a produção da perspectiva de africanos sobre a África. Porém, isso não garante uma inteira e total compreensão e/ou verdade sobre as sociedades africanas e suas dinâmicas internas, pois sua visão também já estava contaminada com conceitos determinados pelos contextos e locais que estavam inseridos. Por exemplo, na obra de Cheikh Anta Diop, que ao olhar para as mulheres, produz uma visão de um homem, de uma determinada classe, que teve o acesso ao estudo dentro do mundo ocidental, assim como teve uma inserção dentro do espaço muçulmano senegalês, o que também condiciona seu discurso e sua visão sobre as mulheres.

A obra de Amadiume também possui seus condicionamentos e limitações do olhar. Ela, como uma mulher, provinda de uma elite de um grupo específico do território da Nigéria, que passa a maior parte de sua vida fora na Europa e América do Norte e no seu trabalho realiza uma

observação antropológica do próprio grupo que nasce, os Igbo, também possui limitações no olhar ao proferir um discurso que visa englobar todas as mulheres africanas.

Tais reflexões tornam complexas e multifacetadas as visões sobre uma África que foi perpassada por um violento processo histórico secular de colonizações diversas e lutas por descolonizações e formações nacionais, o que incide diretamente no olhar e pensar sobre as questões de gênero, sobre a história das mulheres e sobre as lutas políticas das mesmas com relação aos sérios problemas que enfrentam nos diversos espaços do continente africano.

Os discursos sobre a posição que as mulheres ocupam nas sociedades africanas e sobre a história das mulheres que este trabalho se propôs a fazer poderiam também se encontrar problematizados na sua relação e inserção nos movimentos políticos de mulheres no continente africano. Poder-se-ia refletir, a partir da utilização pelo movimento Pan-Africano dos discursos sobre história que advogam uma unidade africana e o matriarcado e a sua relação com a inserção das mulheres neste movimento.

Justaposto a isso, poder-se-ia fazer uma reflexão de como de fato foi a inserção das mulheres neste movimento, observando as aproximações e distanciamentos do discurso com a prática política. É possível perceber a participação das mulheres nos movimentos de libertação nacional assim como no movimento Pan-Africano em África. Em 1962 houve o Congresso da Mulher Pan-Africana inserido na programação dos diversos congressos do Pan-Africanismo. As fontes apontam para a inserção de diversas mulheres, porém estas histórias se inserem como paralelas e adjacentes a uma produção historiográfica sobre o Pan-Africanismo e os processos de libertação nacional.

Decorrente deste Congresso da Mulher Pan-Africana foi criado a Organização da Mulher Pan-Africana que possui uma continuidade histórica até os dias atuais, discutindo pautas necessárias ao que tange os sérios problemas das mulheres que habitam África hoje. Pode-se pensar uma relação entre a produção intelectual que este trabalho analisou com os discursos políticos que fundamentam a ação desta organização e da inserção da mulher no movimento Pan-Africano em África.

Por fim, foi possível ver que este trabalho pode representar o princípio de uma reflexão mais aprofundada sobre a inserção da mulher em diferentes movimentos políticos africanos e sua relação com um discurso intelectual, pensando a utilização da história em movimentos políticos de diversos tipos.

FONTES

AMADIUME, Ifi. *Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture*. Interlink Publishing Group, 1997.

DIOP, Cheikh Anta. *Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica*. Editora Pedagogo. Lisboa, 2015.

REFERÊNCIAS

ADESINA, Jimi. “Re-appropriating Matrilocality: Endogeneity and African Gender Scholarship. *African Sociological Review* 14 (1). 2010.

AMADIUME, Ifi. *Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture*. Interlink Publishing Group, 1997.

BARBOSA, Muryatan Santana. A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (UNESCO). *Revista Brasileira de História (ANPUH)*, vol. 32 nº 64, 2012, pp. 211-230.

BERNATZIK, Hugo. *En el reyno de los Bidyogos*. Ed Labor. Barcelona. 1967.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COHEN, R. Oedipus Rex and Regina: The queen mother in Africa. *Africa* 47(1), 1977.

CORREA, Mendes. *Uma Jornada Científica na Guiné Portuguesa*. Divisão de publicações e biblioteca: Agência Geral da Colônia. Lisboa. 1947.

DIALLO, Alfa Oumar. SANTOS, Cíntia Santos. Vida e obra de Cheikh Anta Diop: o homem que revolucionou o pensamento africano. *Ciênc. let.*, Porto Alegre, n. 44, p. 115-124, jul./dez. 2008.

DIOP, Cheikh Anta. *Naciones negras y cultura*. Belaterra. Barcelona. 2012.

DIOP, Cheikh Anta. *Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica*. Editora Pedagogo. Lisboa, 2015.

DIOP, Cheikh M’Backé. Cheikh Anta Diop: o homem e a obra. In: DIOP, Babacar Mbaye; DIENG, Doudou (org). *A consciência histórica Africana*. Mangualde: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2014.

FARRAR, Tarikhu. The Queenmother, Matriarchy, and the Question of Female Political Authority in Precolonial West African Monarchy. *Journal of Black Studies* Vol. 27, No. 5 (May, 1997),

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

HARRIS, M. *Cows, Pigs, Wars and Witches: The Riddles of Culture*. New York, Random House, 1974.

HAVIK, P. A Dinâmica das Relações de Gênero e Parentesco num Contexto Comercial: um Balanço Comparativo da Produção Histórica sobre a região da Guiné-Bissau – séculos XVII e XIX. *Afro-Ásia*, 2002, pp. 79-120.

HORTA, José da Silva. Trânsito de africanos: circulação de pessoas, de saberes e experiências religiosas entre os Rios da Guiné e o Arquipélago de Cabo Verde (séculos XV-XVII). *Anos 90: Revista do PPG de História da UFRGS*, vol. 21 n° 40, 2014.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais (Coimbra)*, n° 80, 2008.

LIMA, Augusto J de Santos. Bijagós e o regime de matriarcado. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. n.7. 1947. Pp. 593-615.

LIMA, Augusto J. Santos. Organização econômica e social dos bijagós. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. 1947. 154 p.

LOPES, Carlos. A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos. In: *Colóquio Construção e ensino da História de África (7-9 de junho de 1994)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

MOREIRA, Mendes. Breve ensaio etnográfico acerca dos Bijagós. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. N. 1. 1946. Pp. 69-115.

MOTA, Avelino T. Comentário sobre "Inquérito etnográfico sobre os Bijagós de Augusto de Santos Lima. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. n. 5. 1947. Pp. 277-279.

MOUSSA LAM, A. Egipto antigo e África negra: alguns fatores novos que esclarecem as suas relações. In: DIOP, Babacar Mbaye; DIENG, Doudou (org). *A consciência histórica Africana*. Mangualde: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2014.

OKONJO, K. The dual-sex political system in operation Igbo women and community politics in Midwester Nigerian. In: BAY & HALFKIN (Ed.). *Women in Africa Studies in Social and Economic Change*. Palo Alto. Stanford University Press. 1976.

OYEWUMI, Oyeronke. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*, University of Minnesota Press, Minneapolis. 1997.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História [online]*. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.

QUINTINO, Fernando Rogado. "Sobrevivência da Cultura Etiópica no continente Africano". In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*.n 65. 1962a. Pp-5-40

QUINTINO, Fernando Rogado. "Sobrevivência da Cultura Etiópica no continente Africano" Parte II. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. n 66. 1962b. Pp-281-343.

QUINTINO, Fernando Rogado. "Sobrevivência da Cultura Etiópica no continente Africano: Conceitos superiores na mística Bijagó". In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.n 73. 1964. Pp-5-35.

QUINTINO, Fernando Rogado. "Sobrevivência da Cultura Etiópica no continente Africano: o problema da origem dos povos da Guiné". In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. n 81. 1977. Pp-6-27.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

VAN SERTINA, I. Black Women in Antiquity. New Brunswick. N, J. Transaction books. 1984.